



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE
SERVIÇO SOCIAL PÚBLICOS EM MINAS GERAIS: AUSÊNCIA DA FORMAÇÃO
SÓCIO-HISTÓRICA OU DA COMPREENSÃO DOS FUNDAMENTOS?

ALICE ALBANO COELHO MARQUES SILVA

MARIANA
2023

ALICE ALBANO COELHO MARQUES SILVA

**A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE
SERVIÇO SOCIAL PÚBLICOS EM MINAS GERAIS: AUSÊNCIA DA FORMAÇÃO
SÓCIO-HISTÓRICA OU DA COMPREENSÃO DOS FUNDAMENTOS?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Claudio Henrique Miranda Horst

**MARIANA
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586f Silva, Alice Albano Coelho Marques.

A formação social brasileira nos currículos dos cursos de Serviço Social públicos em Minas Gerais [manuscrito]: ausência da formação sócio-histórica ou da compreensão dos fundamentos?. / Alice Albano Coelho Marques Silva. - 2023.

80 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistentes sociais - Estatuto legal, leis, etc.. 2. Serviço social - Brasil. 3. Serviço social - Estudo e ensino - Brasil. 4. Serviço social - Pesquisa. I. Horst, Claudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6a 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Alice Albano Coelho Marques Silva

A Formação Social Brasileira nos Currículos dos cursos de Serviço Social em Minas Gerais: ausência da formação sócio histórica ou da compreensão dos fundamentos?

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 23 de agosto de 2023

Membros da banca

Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Cristiane Silva Tomaz - Universidade Federal de Ouro Preto
Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/09/2023, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0585034** e o código CRC **84C12152**.

Aos meus pais,
À minha irmã,
Aos meus avós,
Ao meu maior e melhor amigo.
Ao meu orientador.

Para aqueles que me incentivaram, apoiaram e participaram do processo.
“Se amar é viver, vivo porque amo vocês”.

*“Caminhando e vivendo com a alma aberta
Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
Vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade
Cantar semeando um sonho que vai ter de ser real
Caminhemos pela noite com a esperança”*

(Milton Nascimento - Credo)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o núcleo de fundamentação da formação social brasileira. Trata-se do esforço de investigar a coesão entre os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais e as Diretrizes Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social - ABEPSS (1996), em relação ao estudo das particularidades nacionais e regionais. Como objetivo geral definimos: analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades públicas de Minas Gerais, a fim de refletir sobre a incorporação do núcleo de fundamentação da formação social brasileira. Como objetivos específicos: 1. Refletir sobre o processo de constituição da formação social brasileira a fim de demonstrar as particularidades do desenvolvimento capitalista no país. 2. Analisar o conteúdo que comparece nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das IES públicas de Minas Gerais no que concerne ao estudo da formação social brasileira. 3. Evidenciar a centralidade do estudo da formação econômico-social brasileira para a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais. Trata-se de pesquisa documental, quali-quantitativa, ancorada no materialismo histórico-dialético. Como corpus empírico selecionamos e analisamos 13 projetos pedagógicos. As principais conclusões demonstraram os limites na compreensão do núcleo, diante da ausência de áreas dos conhecimentos essenciais ao núcleo, como diversidades regionais e locais. Bem como revelou a ausência da compreensão dos fundamentos do Serviço Social, que em tese exigiria a presença dos três núcleos de fundamentação em todos os componentes dos PPCs. Como também a importância de revisitar os projetos pedagógicos do curso e atualizá-los conforme as contribuições realizadas ao arcabouço teórico acerca do estudo dos Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Social Brasileira; Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional.

ABSTRACT

This Course Completion Work has as its central theme the core of fundamentalization of Brazilian social formation. This is an effort to investigate the cohesion between the pedagogical projects of Social Work courses at public Higher Education Institutions (HEIs) in Minas Gerais and the General Guidelines of ABEPSS (1996), in relation to the study of national and regional particularities. As a general objective we define: To analyze the pedagogical projects of the Social Work courses of the public universities of Minas Gerais, in order to reflect on the implantation of the nucleus of fundamentalization of the Brazilian social formation. As specific objectives: 1. Reflect on the process of constitution of the Brazilian social formation in order to demonstrate the particularities of capitalist development in the country. 2. To analyze the content that appears in the Pedagogical Projects of the Social Service Courses of public HEIs in Minas Gerais with regard to the study of Brazilian social formation. 3. Highlight the centrality of the study of Brazilian economic and social training for the training and work of social workers. It is documental, quali-quantitative research, anchored in dialectical historical materialism. As an empirical corpus, we selected and analyzed 13 pedagogical projects. The main ones emphasized the limits in understanding the nucleus, since there is an absence of working on areas of knowledge essential to the nucleus, such as regional and local diversities. As well as revealing the lack of understanding of the foundations of Social Work, which in theory required the presence of the three core foundations in all components of the PPCs. As well as the importance of revisiting the pedagogical projects of the course and updating them according to the contributions made to the theoretical framework about the study of the historical, theoretical and methodological foundations of Social Work.

Keywords: Social Work; Brazilian Social Formation; Fundamentals of Social Work; Professional qualification.

LISTA DE QUADROS

QUADRO — Núcleos de Fundamentação dispostos nas diretrizes curriculares elaborados pela ABEPSS.....	42
QUADRO 1 — O núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira nos Projetos Pedagógicos dos cursos.....	48
QUADRO 2 — Elementos norteadores dispostos na análise quantitativa sobre como aparece a formação social brasileira e em qual momento da formação acadêmica é apresentada.....	56
QUADRO 3 — O conteúdo das ementas com recorte para as disciplinas que inauguram o eixo.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS PARTICULARES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	23
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS E O NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	41
2.1 APROXIMAÇÕES AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABEPSS	41
2.2 APROXIMAÇÕES AOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL PÚBLICOS EM MINAS GERAIS	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central a formação social brasileira e os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas de Minas Gerais. A partir da análise sobre a coesão entre os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais e das Diretrizes Gerais da Nome Completo - ABEPSS (1996), em relação ao estudo das particularidades nacionais e regionais, o processo de formação da sociedade brasileira e as particularidades do desenvolvimento capitalista no país. No total são 14 universidades públicas, sendo 8 estaduais e 6 federais. Sendo assim, foram analisados 13 projetos pedagógicos na busca por apreender como o Núcleo de Fundamentação da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira se apresenta na formação profissional em Serviço Social em Minas Gerais.

Na contemporaneidade, buscamos romper as aparências do *cotidiano* imposto pela rotina, em diversos momentos em que percebemos as atividades que desenvolvemos no nosso dia a dia, e evidentemente, as questionamos. Estimulados a compreender os acontecimentos e ações na nossa vida, abrimos uma cadeia de pensamentos “*porque, como, para quem e para quê?*”. Quando associamos essa observação da vida, com a busca pela compreensão da construção sócio-histórica desta *realidade*, descobrimos um conjunto de possibilidades que não temos acesso, *são escolhas que não escolhemos*, nesse movimento refletimos sobre os modos de viver numa mesma sociedade.

Percebemos na totalidade da realidade a manifestação das relações sociais enquanto resultado das relações humanas na sociedade capitalista, e isso inflama a necessidade de investigar essa realidade, para assim, termos consciência sobre os elementos sociais complexos que recaem sobre nós. Na condição de isolamento desses acontecimentos nas nossas vidas em sociedade, caímos numa trama de possibilidades traiçoeiras e individuais de uma realidade social. Vivemos constantes mudanças na configuração social, enfrentamos a naturalização das situações de miséria e preconceitos intrínsecos ao modo de produção vigente.

As diferentes dimensões da realidade, quando apreendidas criticamente, compõem a realidade social em suas contradições e complexidades. Ao analisar profundamente essas transformações, essa capacidade de apreensão crítica da realidade social nos apresenta elementos essenciais para compreender as relações no modo de produção capitalista. Ao

perceber nossa sociedade, reparamos em mudanças e consequências que moldam o presente, mas não determinam absolutamente o futuro. Esse processo descreve a história real da materialidade dialética e quando o ser social se apropria desta consciência se encontra como sujeito histórico, protagonista das relações e formas de sociedade.

O produto da atividade humana coletiva, nos dá perspectiva de escolhas e de atribuir valores, assim surgem as exigências éticas, parte da prática social das atividades cotidianas. A exigência da ética se apresenta no cotidiano também, como possibilidade de confronto direto com a moral conservadora, que se apresenta sorrateiramente nas relações alienadas enquanto ferramenta da ideologia dominante.

Nesse sentido, a construção e fortalecimento dos fundamentos críticos-científicos, intenciona, mune e pode ser acionado na intervenção profissional dos assistentes sociais, mediadas no próprio cotidiano. Cotidiano este “como espaço onde se manifestam as contradições, como espaço onde operam sínteses de múltiplas determinações, que nos permite análises mais concretas e complexas sobre o exercício profissional” (Guerra, 2014, p. 33). É na própria contradição do cotidiano que ficamos refém do moralismo, estereótipos sociais (os estigmas), das tecno-burocracias, e obviamente, da acriticidade.

Conforme sabemos, assistentes sociais vendem sua força de trabalho em diversos espaços sócio-ocupacionais, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. As/os profissionais do Serviço Social lidam cotidianamente com as expressões da “questão social” nas diferentes instituições que os empregam, para além das próprias particularidades do trabalho para a categoria profissional e para a classe que pertence.

Nesse sentido, vivencia o cansaço imposto pelas longas jornadas de trabalho, os limites institucionais, os valores ideológicos, a precarização do trabalho e baixos salários, enfrentando constantes tentativas de desregulamentação e impactando diretamente a relação do fazer profissional e da qualidade das respostas construídas. As mudanças na forma como o mundo do trabalho¹ se organizam recaem diretamente no debate sobre o adoecimento mental e emocional, associados ao processo de trabalho. Isto é, as manifestações na vida dos trabalhadores são expressivas se tratando da forma como vivemos e lidamos com a exploração e manutenção da nossa força de trabalho, materializados nas nossas vidas como ansiedades, depressão, insônia, altos níveis de estresse que impactam diretamente a saúde física e qualidade de vida (Silva, 2023).

¹ Assim como, na falta de controle, ou na cada vez mais restrita e distante "autonomia relativa".

Expondo uma necessidade fundamental em defesa de melhores condições de trabalho, das atribuições e das competências profissionais, como demarcado em espaços de fortalecimento, encontros e trocas da categoria e da classe trabalhadora num todo. É pensar, organizar e agir em direção à superação estrutural da realidade miserável para a maioria da população e seus atravessamentos na subjetividade dos trabalhadores.

O trabalho, no Brasil, é marcado pelas contradições de uma formação social que vivenciou o escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação da classe trabalhadora, na qual as classes dominantes nunca tiveram, obviamente, compromissos democráticos e redistributivos. Cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania que envolvem diretamente a constituição da política social, complexo para possibilidade de criação dos direitos sociais e sua materialização, sobretudo trabalhistas e previdenciários. Mas sabemos que são as reivindicações dos movimentos sociais e manifestações da classe trabalhadora, produto da luta de classes, que expressam a correlação de forças predominante, que possibilitaram acessar os parques direitos que temos.

A profissão enfrenta diversos desafios desde a formação, não sendo somente problemas endógenos do curso, mas sim, das principais determinações exigidas para a reprodução da força de trabalho, aprofundam a alienação, como também favorece condições de exploração da mais-valia no processo de trabalho. Traduzidas no projeto de contrarreforma do sistema educacional dispostas a serviço das imposições do capital. As diversas ameaças e disputas reacionárias advindas das conjunturas sócio-históricas, exigindo uma graduação em Serviço Social, consistente e com base teórica sólida sobre os processos que recaem sobre a realidade, tanto do espaço que ocupa numa universidade pública ou privada, quanto do seu lugar como assistente social e trabalhador assalariado.

Nestes termos, alguns pressupostos se apresentam como essenciais para o enfrentamento a tais conjunturas, dentre eles, a apreensão das particularidades da formação social e da realidade brasileira, solo histórico do exercício profissional, em qualquer espaço de trabalho, em suas especificidades, somado ao aparato técnico, teórico e político — como disposto nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), fundamentais na formação acadêmica.

A realidade brasileira hoje se constitui por profundas contradições que foram agravadas pelas perspectivas políticas e econômicas ligadas ao rastelo destruidor da extrema-direita, desenvolvendo um ideário populista-reacionário-conservador e, pior, constituindo uma identificação social, fundamentada na política odiosa. Como também, favoreceu o aprofundamento das desigualdades sociais, o descaso com a vida da classe trabalhadora, a

forte ofensiva contra os direitos, a alta demanda por políticas sociais, acompanhado pela alta demanda de instituições voltadas ao setor da assistência social e o desmonte na mesma medida.

Esse cenário perverso apresenta uma contraditória potencialidade para a ação intelectual e profissional, no que tange às estratégias que podem ser construídas no enfrentamento dos limites impostos, para além dos espaços sócio-ocupacionais. A ação coletiva e a prática profissional possuem potencialidade ao serem exercidas com compromisso ético-político junto a classe trabalhadora, contra os limites impostos pela despolitização². Nesses termos, é preciso uma luta alinhada com o suporte teórico e metodológico dos clássicos teóricos do pensamento brasileiro, expondo as condições atuais e históricas da profissão e do Brasil no tempo presente (Bezerra; Medeiros; Nogueira, 2019).

O surgimento do Serviço Social está profundamente conectado à trajetória do capitalismo, em específico, ao processo de desenvolvimento monopólico do capital. Ou seja, “existe um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto, 2015, p. 14). Portanto, o pressuposto é que o conjunto de transformações societárias interfere diretamente no surgimento de profissões, como a necessidade social de assistentes sociais e espaços de atuação, propiciando mudança nos campos teórico, prático, político e ideológico.

O modo de produção capitalista é impensável sem a “questão social”³ e suas expressões, já que estão diretamente articuladas no processo de acumulação e reprodução do capital. Intrínsecos a ele, estão a pobreza, a superexploração da força de trabalho, a miséria, a violência, a privatização, riqueza socialmente produzida na mão de poucos, e todas as outras múltiplas expressões da “questão social” que lidamos diariamente no exercício da profissão.

Diante disso, as diretrizes curriculares de 1996, constituídas pela ABEPSS, apontam a importância do comprometimento de assistentes sociais em sua atuação profissional no enfrentamento às expressões da “questão social” de forma crítica, compreendendo que a

² Aqui, entendemos como uma forma tática de política, a partir de um aparato ideológico de desinformações, estratégias hediondas e irrealis, e não, como a “ausência de política”, afinal, *tudo é político!* (Fernandes, 2020).

³ “A designação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição de cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2001, p. 43).

“questão social” e suas expressões não são *naturais* e nem se trata de problemas pessoais, comportamentais dos indivíduos.

O Serviço Social celebra, no presente ano de 2023, os 30 anos da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8662/1993) e do Código de Ética da/o Assistente Social, sendo inclusive tema comemorativo do Conjunto composto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) sob a temática: “Serviço Social, necessário para o Brasil!”. Como também, celebra 27 anos da construção do principal documento orientador na formação em Serviço Social, as Diretrizes Curriculares de 1996. As atuais diretrizes curriculares reafirmam debates que devem alicerçar a formação profissional coerentes com a realidade social e histórica do país.

Conforme preconiza a nova lógica curricular disposta nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996, p. 8): “deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social”. Assim, os processos de trabalho em que estão inseridos assistentes sociais devem ser munidos com coerência teórico-metodológica e criticidade, ambientada nos princípios éticos e valores profissionais.

Para que esse processo acumulativo de saberes críticos se realize em sua totalidade, as diretrizes se estruturam com base em três núcleos de fundamentação, em suas particularidades, expressos por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que compõe um projeto de formação profissional e se constituem nos *fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade*. São 3 os Núcleos de Fundamentação: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Cada um destes núcleos contribui para uma dimensão essencial na formação profissional e no trabalho, cada um com sua especificidade, mas nenhum deve se realizar na ausência do outro, com riscos de não se constituírem em fundamentos da profissão. Trata-se apenas de núcleos de fundamentação com níveis de abstração distintos, porém somente juntos constituem os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. O pressuposto é que cada um dos núcleos de fundamentação contribui para o desvendamento da realidade social, exigida no exercício da profissão. Assim,

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida

social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996, p. 9).

Isto é, investigar e apreender a realidade de forma crítica com os elementos necessários para respostas qualificadas é desafiador, diante de uma realidade cotidiana repleta de complexidades e com atravessamentos, que dificultam a apropriação teórica dos objetos que atendemos. Conforme destacou Teixeira (2018, p. 39):

[...] há muitos complexos que impedem a apropriação da base teórica e da lógica que sustenta o projeto de formação, pois, os desafios, ao comprometerem a lógica das Diretrizes Curriculares, desafiavam a unidade articulada dos núcleos de fundamentação, pois tais núcleos são tomados de forma desarticulada, departamentalizada ou fragmentada na formação profissional e não como níveis distintos de abstrações de um conjunto indissociável de conhecimento. E no que tangencia ao trabalho profissional, a fragmentação dos núcleos de fundamentação que formam assistentes sociais acarreta, também, um trabalho profissional fragmentado, pois as/os assistentes sociais não conseguem acionar uma complexa gama de conhecimentos, que deveriam ser apreendidos na formação, necessários para a construção da intervenção profissional. Tais elementos reafirmam a relação trabalho e formação na unidade articulada dos núcleos.

A partir dessas indagações, surge o tema do nosso trabalho de conclusão de curso. De maneira singular, buscamos investigar como um desses eixos se desenvolvem na formação profissional em Serviço Social, pela sua especificidade e importância, buscando responder uma demanda identificada ao nível da formação (e do trabalho), diante do isolamento do núcleo de fundamentação da formação social brasileira, ou da sua inexistência.

Partindo dessa hipótese, observamos um problema teórico metodológico e ético político. Se um dos núcleos, compreendidos como indissociáveis, não se realiza, a totalidade dos fundamentos não se realiza. Nesse sentido, temos um problema no que tange a própria compreensão de Fundamentos do Serviço Social na profissão. Pois, a formação social brasileira se vê reduzida a meras disciplinas “isoladas” nos projetos pedagógicos, guiadas de modo meramente historicista e *etapista* se tratando do desenvolvimento da sociedade brasileira, conforme identificamos ao longo da trajetória na iniciação científica.

Com isso, a organização deste trabalho expressa um esforço em articular elementos presentes na formação social brasileira, para então compreender como isso se articula com a formação profissional em Serviço Social. Afinal,

[...] a preocupação formativa e investigativa na área do Serviço Social acerca dos aspectos particulares da realidade brasileira constitui elo central para interpretar e enfrentar as exigências históricas — profissionais e macrossociais — do presente, muitas das quais, dialeticamente, são remanescentes do nosso passado (BEZERRA;

MEDEIROS; NOGUEIRA, 2019, p. 132).

O interesse pelo tema não foi um *ensejo fortuito*⁴, e sim, construído ao longo da trajetória discente. A princípio, o meu interesse pelos fundamentos do Serviço Social iniciaram-se ao participar da disciplina de Introdução ao Serviço Social, no primeiro período do curso, em 2019, ministrada pela professora Cristiane Tomaz. A disciplina nutriu sentimentos de apropriação do curso e identidade, incentivando a persistir num curso que desconhecia a riqueza teórica e a proporção que teria em minha formação acadêmica e, com certeza, na minha formação de identidade pessoal, como sujeito social, *na construção das minhas bandeiras*.

Em meio ao processo de apropriação do espaço universitário e conhecendo outras dimensões da universidade, em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, confirmava-se oficialmente, o primeiro caso da Síndrome Respiratória Aguda Grave, “Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus (SARS-CoV-2)”, popularmente conhecida como “Corona Vírus Disease (COVID-19)”. A princípio, o vírus era reconhecido pelo contágio por via aérea com altas taxas de transmissibilidade, espalhando-se rapidamente por todo território global. Em março de 2020, foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da doença causada pelo novo coronavírus.

Numa terça-feira, no dia 17 de março de 2020, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) anuncia, a partir de deliberação da reunião do Conselho Universitário (CUNI) da UFOP, a suspensão das atividades acadêmicas presenciais por tempo indeterminado. O contexto era avassalador, vivíamos o projeto entreguista Bolsonaroista, marcado pelo escárnio, negacionismo e irresponsabilidade. A condução do governo e as medidas outorgadas sucateou os serviços públicos, sendo que nesse projeto governamental milhares de vidas foram ceifadas e serviram de reféns das decisões operadas pela *necropolítica*⁵ do Estado Brasileiro, entre 2019 e 2022.

Nesse contexto foram criadas campanhas promovendo o isolamento social. Infelizmente, nem todos puderam aderir frente ao desestímulo às medidas sanitárias prescritas pelos órgãos internacionais, em face da “economia”, desafiando a vida da classe trabalhadora. Nesta mesma conjuntura, à medida que foram flexibilizadas as atividades da universidade, de

⁴ Uma circunstância favorável por acaso, por sorte.

⁵ Utilizamos o conceito como alusão a como os aparelhos sociais públicos foram utilizados de modo a defender os interesses da parcela que administrou as mortes da classe trabalhadora, principalmente das pessoas negras, no Brasil. Mbembe, 2015, p.123, defende que: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.

maneira remota, foi viabilizado com o critério socioeconômico, o auxílio digital aos discentes para implementar o Período Letivo Especial (PLE). Assim, pude participar de cursos de extensão e da disciplina de Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade, que me levaram a aprofundar meu interesse pela autora Lélia Gonzalez, que estimulou um interesse por entender a dinâmica da sociedade brasileira.

Em 2020 participei do curso de extensão: “Saúde Mental, Direitos Humanos e atenção psicossocial” e construí uma homenagem à autora, nesse processo fui me interessando cada vez mais pelo debate da América Latina, formação social brasileira, raça, classe e gênero. Em 2021, tive a oportunidade de ser monitora da disciplina de “Fundamentos do Serviço Social II”, guiada pela professora Sara Martins, aprendi muitas coisas, mesmo com as inúmeras limitações impostas pelo formato de ensino remoto.

Mediante a esse processo fui convidada pela mesma a participar dos encontros do Grupo de Trabalho intitulado Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, com vistas a contribuir para a revisão dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Serviço Social da UFOP. Fiquei fascinada com a qualidade dos debates e o acolhimento dos docentes Claudio, Cristiane e Sara, em relação às minhas inúmeras dúvidas e inquietações em relação às contradições do currículo, que já identificávamos e as demandas postas pelo processo ensino-aprendizagem das e dos discentes.

Sabendo do meu interesse pelo debate dos Fundamentos, a Professora Sara Martins, incentivou-me a participar do projeto de iniciação científica, pelo Pró-ativa, “Os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: Relevância teórica e estratégias didático-pedagógicas na formação de assistentes sociais”, conduzido pela Professora Dr^a. Cristiane Tomaz, que também participou o discente Fernando Andrade, no qual me integro até o momento, agora em sua segunda etapa.

Neste movimento, em 2022, iniciei a iniciação científica que forjou o presente TCC, com o professor Dr. Claudio Horst. Investigamos a relação entre o Serviço Social e a formação social brasileira, na busca por compreender como o Serviço Social brasileiro incorpora o estudo da formação econômico-social brasileira na formação profissional, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996.

Neste movimento é possível compreender como o estudo da formação social brasileira impacta o trabalho de assistentes sociais, ou seja, como se expressa na relação com os fundamentos da profissão. Sabemos como a produção teórica em torno da formação social

brasileira é contemplada por diversos autores que discorrem sobre diferentes camadas e atravessamentos da realidade social brasileira, mas como isso aparece nos currículos do curso de serviço social? E por que escolhemos a formação social brasileira como um dos núcleos de fundamentação?

O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira é definido pela ABEPSS (1996, p. 11), como aquele responsável pelo:

Conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional.

Isso implica na análise das tendências e desafios impostos à realidade brasileira, e, logo, em como os fundamentos do serviço social, que preconiza o estudo da formação social brasileira enquanto um dos pilares formativos, se constitui nas formações. Uma das dimensões despidas pela pesquisa foi a fragilidade na compreensão do significado da *indissociabilidade* dos núcleos de fundamentação, onde em vários currículos a formação social brasileira apareceu apenas no momento inicial do curso, apenas em uma disciplina e não como uma das dimensões que deveriam estar presentes em todos os componentes curriculares.

O estudo da formação social brasileira desvenda a naturalização das relações sociais e evidencia os efeitos do passado na conjuntura atual, implicados na estrutura da sociedade burguesa. Essa aproximação nos ajuda a reconhecer elementos reproduzidos socialmente e enfrentá-los, pois, identificamos as causas e efeitos produzidos na vida dos sujeitos. Isto implica, por exemplo, o reconhecimento de uma sociedade profundamente racista, diante das consequências que recaem aos sujeitos negros. Tal pressuposto nos permite reconhecer e enfrentar nos espaços que ocupamos socialmente, as relações de classe, raça e gênero que dão contornos próprios à “questão social” no Brasil.

Esses acontecimentos constituem os processos sócio-históricos e com intenção política (Almeida, 2018), sob a ótica de “isolamento”, formam uma estrutura de mecanismos de violências visíveis e invisíveis, normalizadas no cotidiano da população negra. Lélia Gonzalez, umas das maiores pensadoras negras do Brasil, nos traz a subordinação da população negra ao processo de desenvolvimento das riquezas e a condição marginal na participação da manutenção da máquina de dominação burguesa na América Latina, como também destacou Florestan Fernandes.

Investigar a formação do Brasil nos permite percorrer a história, sem apenas

atravessá-la, mas reconhecê-la enquanto processo material. E nesse sentido, exige o reconhecimento e o estudo de momentos e processos importantes da formação brasileira, como, por exemplo: *i. o significado da colonização; ii. as particularidades do modo de produção escravista colonial; iii. o processo de formação do Estado burguês no Brasil; iv. a formação da cultura do povo brasileiro; v. o significado do racismo e do patriarcado; vi. o regime de classes sociais e; por fim, vii. O caráter dependente do capitalismo brasileiro.*

Assim, o ambiente a ser compreendido é o Brasil, para isso precisamos entender como esse território formou-se materialmente e no imaginário social. Nessa busca, entendermos o presente *Estado, a sociedade civil e as dinâmicas da produção e reprodução social*. Investigar a realidade consiste em um processo estrategicamente orientado como força tática no enfrentamento do conservadorismo na formação e trabalho profissional, e evidente, nos contextos históricos concretos.

Acresce também, que “a interpretação do Brasil traduz uma requisição ininterrupta, permanente. É mergulhar na história, conhecermo-nos entre o “novo” e o “velho”, nossas matrizes culturais, étnicas e regionais, os antagonismos classistas” (BEZERRA, MEDEIROS, NOGUEIRA, 2019, p. 134). Entrar nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), associadas a formação social brasileira, possibilita contribuir com o enfrentamento e reforçar os princípios que fundamentam a formação e o trabalho profissional. Sendo assim e diante do exposto até o momento, definimos nossos objetivos.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das universidades públicas de Minas Gerais, a fim de refletir sobre a incorporação do núcleo de fundamentação da formação social brasileira.

Objetivos específicos:

1. Refletir sobre o processo de constituição da formação social brasileira a fim de demonstrar as particularidades do desenvolvimento capitalista no país.
2. Analisar o conteúdo que comparece nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social das IES públicas de Minas Gerais no que concerne ao estudo da formação social brasileira.

3. Evidenciar a centralidade do estudo da formação econômico-social brasileira para a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais.

1.2. METODOLOGIA

O processo que se faz presente é resultado de uma preocupação teórico-metodológica em que “a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas do conhecimento” (MINAYO, 1998, p. 27). Isto é, compreender o processo investigativo repleto de conhecimento cotidiano, material e teórico, entendendo o conjunto de escolhas sociais feitas ao longo da história que recaem sobre a atual realidade concreta em movimento, numa dinâmica transitória de ações e reações dos seres sociais.

Assim, orientados pelo *materialismo histórico-dialético*, como método de análise do real, realizamos uma *pesquisa documental*. Conforme sinalizam Lakatos e Marconi (2003, p. 174), a “característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Nesse caso, um conjunto de documentos com caráter de arquivo público, a serem analisados enquanto fontes impessoais, caracterizados como projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

A execução da pesquisa está orientada a identificar quais são as estratégias utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais, por meio dos conteúdos programáticos, ementas, bibliografias, oferta de disciplinas eletivas e outros componentes curriculares para a compreensão sobre as particularidades da formação econômico-social brasileira.

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, conforme indicou Minayo (2009), o primeiro momento de aproximação ocorreu nas etapas iniciais desenvolvidas na iniciação científica buscando: a) como aparece, caso conste, o debate sobre formação sócio-histórica/formação social nos projetos pedagógicos dos cursos; b) se constam componentes curriculares sobre o núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica? (disciplinas e etc). Sendo que o processo de trabalho da pesquisa qualitativa pode envolver três etapas, da qual utilizamos duas: a fase exploratória e a etapa da análise e tratamento do material documental. Essa segunda etapa é dividida em três momentos: a) ordenação dos dados; b) classificação dos dados; c) análise propriamente dita.

Como técnica de análise utilizaremos a análise de conteúdo. Conforme descreve Bardin (1977, p. 42) essa técnica compreende: “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do

conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

No que tange a dimensão ética, a pesquisa foi guiada pelos valores do código de ética profissional de assistentes sociais e se compromete a realizar a devolução dos dados durante futuramente, via publicações, eventos, e espaços coletivos junto às unidades de ensino em Minas Gerais.

Tratando-se da investigação dos currículos em Minas, foram analisadas 13 universidades públicas, sendo 8 estaduais e 6 federais, autorizadas pelo Ministério da Educação a ministrar o curso de Serviço Social. Trabalharemos com 13 projetos pedagógicos, pois não houve retorno da Universidade Estadual de Minas Gerais - Campus Barbacena disponibilizando acesso ao PPC. Foram pesquisadas palavras-chave, termos e conceitos recorrentes nos 13 projetos pedagógicos disponíveis. Destacaram-se 5 palavras-chave, variando a recorrência na apresentação dos núcleos e nas disciplinas ofertadas no núcleo “Social” (aparece 61 vezes), “Política”(aparece 31 vezes), “Sociais” (aparece 14 vezes), “Brasil” (aparece 14 vezes) e “Formação” (aparece 14 vezes).

Para fins pedagógicos, didáticos e analíticos, organizamos quadros que demonstram e contribuem para a aproximação com o núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira nos Projetos Pedagógicos dos cursos, demonstrando elementos norteadores dispostos na análise quantitativa sobre como aparece a formação social brasileira e em qual momento da formação acadêmica é apresentada, por fim, o conteúdo das ementas com recorte para as disciplinas que inauguram o eixo.

O trabalho está organizado em dois capítulos, afora a introdução e conclusão. No capítulo 1, buscamos apresentar elementos da formação social brasileira, ou seja, o processo de aproximação com os fenômenos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais da realidade brasileira que expressa os fundamentos da realidade brasileira. No capítulo 2, apresentamos os dados que a pesquisa se propõe desvelar, quais sejam: como os currículos dos cursos de serviço social em Minas Gerais incorporam (ou não) a formação social brasileira. Está organizado em três partes, sendo: “Aproximações do projeto de formação profissional da ABEPSS” e por fim “Aproximação aos currículos dos cursos de Serviço Social públicos em Minas Gerais”.

CAPÍTULO 1 - ELEMENTOS PARTICULARES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O objetivo do presente capítulo é contribuir com reflexões sobre o processo de constituição da formação social brasileira a fim de demonstrar as particularidades do desenvolvimento capitalista no país. Trata-se de uma aproximação com os fenômenos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais da realidade brasileira que expressa os fundamentos da formação social do Brasil.

Na nossa particularidade brasileira, os valores da nossa sociabilidade, as relações sociais e como a vida é conduzida, se configuraram a partir da “*superestrutura das forças produtivas do escravismo*” (Bonfim, 2015, p. 163). Nessa estrutura, percebemos a produção dos valores de uso, conjuntamente, a produção dos valores sociais, e dos valores éticos, moldados a partir das transformações dos meios que produzem a estrutura econômica, da dinâmica de produção e reprodução social.

É nesse movimento social e econômico que o modo de produção em que estamos inseridos se reproduz. Buscaremos aqui, despir o Brasil, um país configurado pela exploração comercial-global, tendo as potencialidades de cada território, dos modos de realizar a vida, das terras e da identidade de povos, saqueadas desde a invasão colonial. A sociedade é produto da atividade humana (trabalho), é produto dos modos de produzir, dos complexos sociais, das escolhas e dinâmicas anteriores. É um conjunto de continuidades e rupturas dos modos de vida.

Esses modos de vida produzem a sociabilidade que é o produto das relações sociais, construída através da convivência com espaços, seres, modos de *realizar* a vida, por meio da práxis humana. É a expressão das formas como desenvolvemos as relações sociais imateriais e materiais em nossas vidas.

Considerando que, toda a dinamicidade da vida nos desafia, para entendermos os desafios expressos no Brasil contemporâneo, é fundamental analisarmos as particularidades da nossa formação social. É a partir desse passado que se encontram os “fundamentos da nossa nacionalidade” (Bonfim, 2015, p. 53). Ao reconhecer os desdobramentos da vida social percebemos como absorvemos, até mesmo de modo intrínseco das configurações históricas, a partir da demanda das necessidades impostas no dia a dia no desenvolvimento da sociedade.

Ao falar do nosso país, pensaremos a partir de elementos essenciais apresentados no modo como ele se formou, atribuindo características que acompanham a estrutura econômica, profundamente conectada com as relações entre classe, raça e gênero na realidade brasileira.

Nossa economia apresenta diversas características herdadas do período colonial, atualizadas e “refuncionalizadas” quando necessário para a reprodução do capitalismo, atribuído um carácter estrutural e de continuidade, mesmo com outra aparência. Uma dessas características é a produção em função das necessidades dos países centrais colocando o mercado externo à frente das atividades básicas nacionais — esse carácter se apresenta na condição histórica da América Latina⁶ num todo. Outro ponto complementar apresentado por Bonfim (2015, p. 51): “é o fato do Brasil não ter rompido com o estatuto colonial, nos termos de Florestan Fernandes” (2006, p. 34). Essas características associadas apresentam elementos para entender a estrutura das classes sociais no Brasil, “na qual a burguesia não se mobilizou para romper com o monopólio da terra, assim como não assumiu suas tarefas “clássicas” nacionais” (BONFIM, 2015, p. 51).

Assim como o capitalismo no Brasil não transformou a estrutura construída anteriormente, “ou seja, não foram superadas as formas arcaicas de organização política e social que existia no período pré-capitalista, mas essas foram refuncionalizadas e reintegradas”(IDEM, 2015, p. 51). Esses elementos, quando associados, criam as facetas do Brasil, a cultura, a economia, o modo de viver a vida nessa sociedade, atribuindo particularidades na formação do Brasil moderno ao criar fenômenos, umbilicalmente articulados com seu passado.

Quando pensamos na origem do Brasil, pensamos nas particularidades do processo de desenvolvimento do país. Esta origem está relacionada diretamente com as transformações no modo de produzir a vida que ocorriam na sociabilidade europeia no século XVI, a partir das novas necessidades, de novas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Tais necessidades, são “[...] a parte de um todo, incompleto sem a visão desse todo” (Prado JR, 2011, p. 14) por isso a busca em apreender os “[...] motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais” (IDEM, 2011, p. 14) *para não se perderem de vista.*

Nos leva a expansão de acontecimentos na Europa Ocidental, para confrontar as crises econômicas, crises políticas, a escassez de alimentos, as epidemias e guerras herdadas do período feudal. Recordamos aqui a divisão de classes e a organização social da Idade Média, a

⁶ Vale reforçar que os países da América Latina resistem, construindo um destino soberano.

sociedade feudal, era comandada pelos grandes proprietários das terras, a igreja e nobres. Esse processo de crise produtiva feudal, logo, econômica, acompanha a crise na Igreja Católica, que perdia influência para o protestantismo na Europa. A invasão de novos territórios não cristianizados significaria, para a Igreja, o aumento do número de fiéis assim que os Jesuítas catequizavam⁷ as populações nativas dos países colonizados.

A tal expansão marítima colocou a Igreja como maior custeadora das grandes navegações. Essas viagens também eram de interesse para monarcas e comerciantes, dado o fechamento das rotas comerciais pelos turcos, após a queda de Constantinopla, em que ocorre uma busca por rotas alternativas. Para os reinos europeus significaria a ascensão de um mercado mundial. Para a modernidade, era a transformação do sistema produtivo para o capitalismo, em fase mercantil, fruto das crises do período antecessor. “Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso” (Prado Junior, 2011, p.14). Assim, entendemos como o processo de colonização dos continentes de África, Ásia e Américas, atendeu aos interesses de construção de um mercado externo europeu, à medida que atendia os interesses comerciais da metrópole (Bonfim, 2015).

Os efeitos deste processo na constituição nacional dos povos atingidos pela colonização, é determinado pela forma de exploração dos territórios, das denominadas colônias. Os regimes exploratórios se diferenciavam, a partir dos interesses do colonizador para a região. Nos trópicos essa diferença acontecia à medida que havia força de trabalho escravizada para produzir e explorar as regiões, como também as oportunidades de mercado ofertadas pelo oriente (Prado Junior, 2011).

Sobretudo, somente após a captura e sequestro de povos indígenas e de África, a invasão dos territórios acontecia de modo a atingir os objetivos mercantis. Seja os objetivos estratégicos de povoamento, para a defesa do território ocupado, construindo uma sociedade correspondente à sociedade europeia, sejam como nas colônias tropicais, que o objetivo visceral era mercantil a partir da exploração das terras e massacres (Bonfim, 2015).

No nosso caso, as terras brasileiras foram tratadas como fornecedoras de artigos de exportação, na forma matéria-prima, organizando a economia e as relações sociais de maneira umbilical ao modo de produção escravista na era do capitalismo comercial. O caráter da

⁷ Processo responsável pela “dissolução” da identidade indígena, cultural ou religiosa, dada a compulsoriedade imposta pela colonização, seja pela cruz — conversão ao cristianismo, ou pela espada — através da força e violência, ambos usados para explorar e dominar nossos povos originários. Os povos indígenas ainda (r)existem, resignificando e lutando pelas terras e as vidas que a semeiam.

colonização não se restringiu ao Brasil colônia, atravessou períodos históricos como o império e a república. Se, no primeiro momento, isso se dá via colonialismo, a partir da independência, predominam as vias das relações imperialistas, ou seja, “o capitalismo no Brasil surge e se desenvolve sob as “regras” do modo de produção mundial”⁸ (Bonfim, 2015, p.55).

Na sociedade de classes, a estrutura social é determinada pela estrutura produtiva. Nossas bases fundaram-se na malha colonial escravista. Este processo de trabalho forçado, opressor e violento, fundamentou as bases estruturais e (re)produtivas do povo brasileiro. A destruição dos povos originários — donos destas terras expropriadas — com a colonização, as culturas, tradições e valores dos povos negros e indígenas foram corrompidos pelas condições impostas a esses processos de constituição da sociedade brasileira, através dessa relação de produção violenta.

O regime da escravidão, com todas as suas determinações, constituiu a sociabilidade brasileira, servindo de referência, tanto para as relações econômicas e políticas, como para o âmbito da moralidade, da cultura, religião e da ideologia dominante. Nossas referências, dado ao desenvolvimento econômico mundial, foram absorvidas para o campo cultural e estético inspirados na sociabilidade europeia.

Estes processos resultam na moralização intrincada no dia-a-dia ao reproduzir um hábito, costume, pelos valores construídos pelas *relações reificadas*, em certa sociabilidade. A colonização, como parte fundamental da nossa sociabilidade, deixou marcas profundas na constituição da memória e materialidade do Brasil. As relações, os processos e as estruturas sociais brasileiras, fundamentaram-se sob o ordenamento da discriminação racial, a partir do momento em que “negro e escravo confundem-se [...]. Está em marcha o fetichismo da cor” (Ianni, 2004, p. 44).

Ou seja, os reflexos produtivos se colidem na realidade performando um ciclo: se o racismo mantiver o lucro, que mantenha o racismo nas relações de produção, se as relações de produção são refletidas nas relações sociais, as relações sociais são fundamentadas no racismo. O processo colonizador da invasão portuguesa implicou na dominação do território pelo litoral por meio das feitorias, espaços para armazenar “a madeira que sangra”, à medida que o sangue indígena era explorado.

⁸ Nos termos de Florestan, primeiro a via colonial, depois neocolonial, e depois a irrupção do capitalismo dependente.

Ocorreram disputas pelo território nos séculos XVI e XVII, auge da economia açucareira colonial. Os embates, variaram entre espanhóis, que mineravam suas colônias, holandeses que invadiram e ocuparam o nordeste brasileiro e franceses que invadiram e tentaram ocupar o sudeste brasileiro. A criação das capitanias hereditárias neste período foi estrategicamente organizada para ocupar o território e criar uma base política para administrar a base econômica construída pelas matérias-primas, de modo a combater as invasões, pelo invasor.

Os donos das matérias-primas viraram donos das terras, de modo a administrar, centralizar, instaurar o poder, demarcando a colonização, na tentativa de recuperar o que foi **resistido** nas capitanias. O sistema colonial determinou, de maneira objetiva, a dinâmica social ao formar os donos e não donos no país. A distribuição de terras no Brasil fundou uma economia com base agrária-extrativista, alicerçada no latifúndio e no escravismo. Isto possibilitou a formação da burguesia brasileira, moldando as relações de trabalho.

À medida que a colonização se realizava, as terras brasileiras eram ocupadas e saqueadas conforme as atividades mais lucrativas do momento para os portugueses, sendo que havia também, influência do clima e a localização geográfica das áreas portuárias. Mesmo as atividades extrativistas se diversificando em mineradora, agrária, vegetal, ambas aconteciam por meio da acumulação por espoliação das nossas terras — culturas, riquezas naturais, identidade, modos de vida — para além do domínio dos territórios.

Os senhores de engenho, os expropriadores do nosso minério, os fazendeiros do café, grandes comerciantes, banqueiros, dentre outros, formaram a classe dominante deste país, sendo estes, portanto, que elaboraram as regras sociais, e que hoje elaboram as leis (Prado Júnior, 2004). Assim, *criaram-se as regras fundamentadas pelos grandes proprietários, conforme as exigências da metrópole*, construindo os valores e um Estado nacional sob estas bases e conveniências. Os cargos administrativos eram dos colonos portugueses que vieram para ser empresários comerciais e dirigentes. A força de trabalho brasileira é engendrada no trabalho dos povos negros e indígenas e no monopólio das terras, refletindo desse processo a constituição das classes no Brasil.

Ressalto aqui a resistência dos povos que construíram o país, e a historiografia geral coloca os embates do período colonial como meras revoltas, sendo estes os caminhos galgados no período colonial, recheados de rebeliões, o que explicita a resistência contra a colonização e o combate a dominação europeia. Desde sua gênese, o Estado brasileiro tem

suas leis medidas nos interesses de um pequeno grupo favorecido pela *ideologia do favor e paternalismo*.

Os interesses dessa pequena parcela privilegiada são postos como interesses totais de uma nação, conservando os “direitos burgueses” e costumes desses expropriadores (Bonfim, 2015). Este cenário de possibilidades acompanhou o desenvolvimento do mercado mundial capitalista para os expropriadores europeus. As relações de trabalho no Brasil resultaram desta contradição, à medida que a escravidão era o meio para obter lucro e a acumular capital na era da modernidade.

Pouco antes da coroa portuguesa mudar-se ao Brasil, ocorre o chamado Bloqueio Continental, decretado por Napoleão Bonaparte, que impedia relações internacionais com a Inglaterra. Portugal foi um dos países europeus que mantiveram relações comerciais com a Inglaterra, ocasionando a invasão de Portugal, pelas tropas de Napoleão. A família real chega ao Brasil, em 1808, desembarca na cidade de Salvador, onde estrategicamente, se declara a abertura dos portos brasileiros para comércio de mercadorias, antes monopolizado por Portugal. A coroa se instala no Rio de Janeiro,

[...] “fugida da guerra napoleônica, a dinâmica interna na Colônia sofreu grandes alterações políticas, inicia-se o processo de consolidação dos ideais liberais no Brasil. Ao ser elevado a Reino, o Brasil foi o centro do poder português e os interesses das classes dominantes tiveram uma maior convergência” (Sabino, 2019, p. 163).

O Brasil foi a única colônia que os monarcas viveram nela. A única monarquia das Américas. A chegada do poder político de Portugal ao Brasil colônia trouxe consigo transformações complexas nas relações sociais, tais quais os conflitos inerentes à política externa europeia. O Brasil é inserido nesta dinâmica, via ampliação comercial externa, fonte do lucro da exportação inglesa. Este processo, complexifica as relações sociais e de trabalho, sob o véu do trabalho escravizado, tráfico humano, uma política corrupta com práticas clientelistas e paternalismo, reprodutoras da *ideologia do favor*. Tudo isso, apoiado na mesma estrutura produtiva racista, nas forças produtivas escravistas (Sabino, 2019).

Ao analisarmos alguns marcos desse modo de vida, percebemos que a instituição da monarquia foi, ao contrário do que se acredita comumente, bem conturbada nas diversas camadas até então construídas na sociabilidade brasileira. As “elites” se engalfinharam em busca do pote de ouro maior, dos privilégios de quem tinha o maior pote, ou melhor, dispunha de poder econômico, social e político em mãos. Lembraremos aqui os senhores de engenho, sustentados pelo trabalho escravo, constituíram a primeira forma da burguesia e acumulação à brasileira com base na cultura de cana-de-açúcar. O outro grupo era formada por aqueles

enviados direto da corte de Portugal, os colonos portugueses⁹. Após a negociação dos donos dos setores que se construíam da violência, racismo e privilégios na nação.

Para além, a independência foi produto de muitas intempéries, desde a própria vinda da família real para a colônia, com impacto do desenvolvimento e expansão da superestrutura escravista, esta que complexifica, de maneira subjetiva e objetiva, as relações sociais (Sabino, 2019). Ocorria certa pressão posta pelos processos de independência das colônias inglesas, francesas e espanholas. No território nacional havia grupos, como a organização da Revolução de Pernambuco que tencionaram a estrutura política, mas eram fortemente reprimidos, não possuíam força suficiente para guiar os percursos do projeto. No contexto português, a revolução liberal pairava nas terras de Portugal, fato que levou a família real a regressar a Lisboa.

Ao declarar independência, o Brasil se compromete a indenizar a coroa portuguesa pela perda da colônia, recorrendo a um empréstimo, surpreendentemente, mediado pela Inglaterra. Nas palavras de Santos (2012, p. 60), “ponto originário da impagável dívida externa do Brasil”. Os ingleses se beneficiaram de todas as formas com o reconhecimento internacional da independência do Brasil, que seria o ponto de partida para um novo mercado. Era o ponto incipiente que partirá a economia brasileira. O Brasil, com o braço produtivo escravista, com todas suas relações produtivas e sociais fundadas na superexploração, recebeu um papel na divisão internacional do trabalho. Essa estruturação produtiva nas bases escravistas criou particularidades na inserção do capitalismo na sociabilidade brasileira, na condição capitalista dependente (Sabino, 2019).

A força de trabalho baseada na superexploração das terras e do trabalho acompanhou e cerceou a acumulação mercantil, após a expansão do sistema escravista. Os movimentos que inserem o Brasil na divisão internacional do trabalho dão início às relações de acumulação e dependência ao mercado externo no nosso território brasileiro (Sabino, 2019). Este movimento demonstra como as lógicas antagônicas, subjetivas ou objetivas, são absorvidas pelo sistema produtivo, à medida que os interesses de conservação da ordem e da acumulação para ter lucros se alinham como mecanismo ideológico.

Ou seja, estes interesses estão em consonância com aqueles que determinam o modo de reprodução da vida. Conforme destacou Sabino (2019, p. 165): “do monopólio escravista da terra resultou o monopólio capitalista da terra. Da dominação escravista do trabalho

⁹ De forma alguma, estamos nós referindo, aos colonos pobres que trabalham para os senhores feudais.

resultou o racismo como arma de dominação ideológica do conjunto dos trabalhadores “livres” — assalariados ou não”.

Nas esferas políticas, a rinha da “burguesia” continuava, mas gerou o movimento político de criação de dois partidos, em 1830, o partido conservador e o liberal. Ambos eram geridos pelos interesses políticos citados no tópico anterior. “Forças políticas movidas por interesses econômicos e vaidades pessoais que continuam dando fôlego à indiferenciação entre público e privado na política brasileira” (Santos, 2015, p. 60). O Brasil, enfrentava uma instabilidade generalizada nas suas esferas constituintes. A balança comercial¹⁰ econômica começa a apresentar os pesos de uma economia baseada na manufatura no contexto de mundialização da produção.

No século XIX, a “mão de obra” ainda era escravizada. A produção, marcada pela decadência das atividades mineradoras, ocorria um redirecionamento de “investimentos” para a produção agrícola, o que impulsionou a agricultura cafeeira (Santos, 2015). Os impactos da força de trabalho, ainda escravizada no Brasil, eram de interesse e empenho internacional, desde a era escravista até a imposição do assalariamento, após a exploração e acumulação por meio desta forma de trabalho. “A Inglaterra pressionava o Brasil pela abolição do tráfico humano, pois, o trabalho com base escravizada retardada a expansão do mercado consumidor internacional, baseada na universalização do trabalho assalariado” (Santos, 2015, p. 61).

Sabemos que os sistemas produtivos vão para além da produção material, ao produzir a vida de maneira objetiva, se produz a vida subjetiva. As heranças subjetivas do sistema colonial reverberam até a contemporaneidade, em que o projeto nacional da burguesia, produto da Independência nacional, é “*sem autonomia econômica e cultural*” (Sabino, 2019, p. 167).

A desigualdade como intrínseca a esse movimento que dividiu as classes sociais brasileiras se revela na *autocracia*, como antagonismo nos interesses coletivos e sociais, que predominam na dinâmica política do país. A política econômica, tendo um regulador interno subalternizado a burguesia, garantia os interesses econômicos externos à medida que foi sendo dominada pelo mercado externo. “Ao atender interesses econômicos, produz a condição de dependente e o papel secundário na divisão internacional do trabalho” (Sabino, 2019, p. 167).

¹⁰ “A balança comercial registra, portanto, as importações e as exportações de bens entre os países.” Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/balanca-comercial>>).

As tendências do modo de produção capitalista estão configuradas de maneira a absorver estratégias de produção antes vistas. Isto nos diz, como ocorrem os processos de continuidade, mesmo com traços de ruptura no desenvolver das sociabilidades pelas formas de organização do trabalho. As formas pré-capitalistas tiveram seu desenvolvimento com possibilidades que caminharam para a acumulação. Isto remete ao processo de continuidade na forma de produzir e acumular no Brasil, ao acumular excedentes no mercado nacional para suprir as demandas do mercado internacional. Observamos na história do Brasil, os processos desencadeados pela acumulação através da agricultura. Seja pela determinação das regiões produtivas, seja pela concentração de capitais, é claro, as mudanças políticas nos núcleos centralizadores de poder (Sabino, 2019).

Este movimento, desde a chegada e instalação da família real, concentrou e possibilitou a infraestrutura basilar para desenvolvimento de setores ligados às atividades de produção, como as melhorias no transporte e comunicação e a formação de uma população urbana. Se tratando da continentalidade do Brasil, o investimento é de interesse específico regional e dos serviços. Este processo é orquestrado pelo interesse externo que determina, novamente, os rumos da economia e da sociabilidade brasileira.

O aprofundamento e expansão do capitalismo para as nações latino-americanas gera uma nova necessidade na esfera da produção destes países. Estes países, como no território brasileiro, produzem insumos de produção em larga escala de extração para a exportação de matérias naturais na escala industrial, fantasiado em desenvolvimento tecnológico e vivenciando o subdesenvolvimento para países latinos. Os processos conduzidos por essa dinâmica que visa a modernização dos setores ladeados pelo capital estrangeiro, como os eixos da comunicação, comerciais, financeiros, ditam os rumos do desenvolvimento social interno. Sabino (2019, p. 167), nos traz isso como, *“um processo de recolonização indireta”*, ao analisar Moura (2014) e Fernandes (2006), *“abrindo nas entranhas do arcaico, e com suporte deste, os caminhos do moderno”*.

Nesta dinâmica, quanto mais se produzia e almejava o desenvolvimento, as bases do subdesenvolvimento se forjavam, assim como a dinâmica de trabalho em sua forma escravizada exposta por Moura (2004) como escravismo tardio, quanto mais se reproduz esta maneira de produzir mais perto da sua ruína chega. A Tarifa Alves Branco foi uma medida fiscal assinada em 1844, indústria nacional na fase imperial, assim Brasil sob as rédeas de Portugal, tornou-se dependente da exportação de mercadorias inglesas. Moura (2004) nos demonstra que isto era expressão de como o liberalismo escravista buscava dar continuidade

nas bases econômicas do país, mantendo toda a estrutura fundamentada pela *escravização*. As revoltas e transformações deste período iniciaram um processo com tendências protecionistas, criava setores para trabalhadores livres — majoritariamente brancos, aumentou as taxas de mercadorias estrangeiras que entravam no país, impactando não somente o capital britânico, como a garantia da estrutura construída pela escravidão.

Aqui percebemos os traços de um desenvolvimento desigual e combinado. Como citado anteriormente, o capitalismo em sua forma dependente, desencadeia no desenvolvimento da riqueza para os países de capitalismo central, em detrimento, ao desenvolvimento da pobreza nos países que se tornam dependentes desta dinâmica, em razão da *troca desigual*. Essa troca desigual impacta nos países dependentes, no movimento em que, para gerar mais mercadorias na mesma unidade de tempo, utilizam da superexploração da força de trabalho. Isto significa a centralização da economia e atividades de trabalho, ou seja, as regiões com mais extração de um determinado material, geram mais empregos e uma migração populacional. Esta superexploração e opressão da nossa classe trabalhadora, culmina na exploração dos nossos recursos naturais e minerais, na exploração da nossa terra.

Em 1850, é vivenciado o fim do tráfico negreiro, a fonte e amarras da força de trabalho escravizada — insuficiente para as condições técnicas exigidas pela produção — com as terras já exaustas de produzir no ritmo da exploração externa. Em paralelo, no contexto internacional já desenvolvia e experienciava o processo produtivo capitalismo industrial e sua revolução técnico-científica (Santos, 2012). Aqui, a força de trabalho com base no escravismo, finda, isso não significou o fim da utilização e "legalidade" do regime escravista. Entretanto, este não é um movimento de descontinuidade, pelo contrário, “*demarca a dominação do capitalismo dependente no Brasil*” (Sabino, 2019, p. 169).

As nações latino-americanas vivenciam contextos parecidos em sua totalidade, as fases de continuidade do capitalismo, agora imperialista, solapam as bases de dominação dependente, sendo que este processo desigual transfigura os países latinos em nações subdesenvolvidas. Os interesses motrizes da condição de dependência latino-americana na dinâmica mundial capitalista manifestam o subdesenvolvimento “nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e também reproduz internamente uma dinâmica desigual e combinada entre os diversos países e dentro de suas próprias regiões” (Sabino, 2019, p. 169).

Conhecendo os processos econômicos e políticos intrincados na estrutura social brasileira, à medida que o modo de produção *escravista colonial* ruína, entendemos as

condições estruturais na dinâmica política, econômica e social brasileira (Gorender, 2016). Sabino (2019, p. 190), destaca dos estudos de Moura (2014), cinco medidas que incidiram nestas condições: “1) a tarifa Alves Branco; 2) a Lei da Terra; 3) a Lei Eusébio de Queirós; 4) a Guerra do Paraguai; 5) a política de branqueamento”. Estas medidas moldaram a estrutura das relações sociais brasileiras, desde o caráter ideológico, *buscaram se livrar do negro e seus descendentes*, até a forma institucionalizada, atuação do Estado — burguês em sua essência. Este processo foi expandido de maneira estruturante nas políticas racistas, complexo nas relações sociais desenvolvidas com bases racistas. Absorvido pela expansão do modo de produção, tendo continuidade no âmbito do capitalismo dependente (Sabino, 2019).

Essas condições de desenvolvimento das relações sociais e produtivas, cerceadas no latifúndio, monopólio, racismo e violência nas relações com a terra, foram “institucionalizadas pela ação direta do Estado e reproduzidos como mecanismos de controle objetivo e subjetivo” (Sabino, 2019, p. 197). Constituíram as particularidades e contradições subjetivas do trabalho, na forma alienado, no território brasileiro.

A abolição trouxe consigo traços de continuidade com a segregação social e ruptura com a direção administrativa dos invasores, em que havia um engajamento burguês para a construção de um projeto de nação. A industrialização já tinha suas rédeas nas mãos dos latifundiários, cativa do capital estrangeiro, possibilitando o golpe civil-militar chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, com apoio dos latifundiários e das burguesias emergentes. Os golpes são a medida política para a retomada de interesses da classe dominante, golpes que geralmente evitam movimentações sociais de ruptura mais profundas. A primeira república é um período que marca as condições para o desenvolvimento e consolidação da identidade do capitalismo, da burguesia brasileira e do regime de trabalho assalariado no país, movido por um projeto de interesses conectados ao modelo agroexportador da produção de açúcar e café (Santos, 2012).

Quando o contexto nacional era de declínio da economia cafeeira, condicionado à periferia do desenvolvimento capitalista mundial, ocorre o crescimento do capital financeiro internacional na economia brasileira. A conjuntura não era somente a instituição do assalariamento do trabalho nacional, mas, também, a inserção numa dinâmica de políticas monetárias internacionais, de caráter restritivo de negociação e especulações. As atividades econômicas, na ordem mundial, afetaram diretamente a relação no interior da nossa economia e política, como foi o caso do “*Crash de Nova York*”, das quedas especulativas nos preços do café e das exportações, mercadoria base para o fluxo de capital brasileiro nesta dinâmica. A

regionalização das atividades econômicas acumulou poder político nas mãos de poucos como supracitado, criando um complexo oligárquico de poder e regiões com maior influência política — o poder se conservava nas mãos da burguesia, mas em setores específicos, apoiado pelo *comitê executivo da burguesia* controlado pela política de interesses internacionais.

É neste período que nos deparamos com o marco fundamental para compreender o surgimento da grande indústria, sustentado pelo aumento do fluxo de capital comercial e bancário estrangeiro. Esta integração ao mercado mundial produz uma exploração internacional da força de trabalho, intensificando, a desigualdade, as expressões da “questão social”, a concentração e centralização econômica internacional da riqueza produzida na dinâmica capitalista.

Esta “mundialização capitalista” à medida que produz expansão econômica, projeta impactos ideo-culturais em todo o contexto social. Atinge a organização estrutural, percorrendo a produção material e intelectual da vida. Reproduz reflexos políticos e econômicos, nas esferas educacionais, culturais, traçando continuidades na estrutura centro-periferia. Isto reproduz e defende os interesses ideológicos necessários a reprodução desse sistema, gerido a partir da alienação e controle de comportamentos, inerente a existência do capitalismo, como as contradições que vivenciamos na América Latina, próprias do sistema estrutural capitalista.

O desenvolvimento das atividades produtivas depende de estruturas condicionadas a reprodução da produtividade e infraestruturas, para maior acumulação de capital. Isto significa, o direcionamento dos investimentos para construção dos setores envolvidos a estes interesses, como o “financiamento de ferrovias, portos, navegação e de algo fundamental para o desenvolvimento industrial: a geração de eletricidade” (Santos, 2012, p. 69). Simultaneamente, ocorria o desenvolvimento dos movimentos da classe trabalhadora operária no Brasil — operários de origem estrangeira em sua maioria, militantes da luta anarquista — acompanhando o avanço industrial e a exploração da classe trabalhadora. Fecundada com as contradições que emergiram do capital em relação ao trabalho, nesta lógica que se formava. Vale lembrar que a nossa classe trabalhadora não começa nos “centros urbanos”, é filha das lutas citadas acima, dos povos escravizados (MOURA, 2020; SILVA, 2014).

As expressões da “questão social” já se apresentavam nas novas necessidades, com a expansão das indústrias e a criação centralizada de espaços urbanizados, a política estatal era a violência e coerção (Santos, 2012). No período da “República Velha”, de 1889 a 1930, se conformam às classes fundamentais do modo de produção capitalista, a burguesia e o

proletariado na realidade brasileira. As insatisfações da classe trabalhadora foram acumuladas e manifestadas, mesmo que desconsideradas na tomada de decisões.

Mesmo que de maneira centralizada e regional, havia tensões na malha política, como visto em Canudos ou Contestado, no Sul do país — as relações baseadas na estrutura fundiária com o monopólio e latifúndio da terra foram questionados e reivindicados. Como também a organização dos trabalhadores nos espaços industriais, demonstrado nos anos 1906, marcados pela organização de uma greve em São Paulo, sucedendo 1907, com a greve no Rio de Janeiro. Estas organizações deságuam em 1917, com a primeira greve nacional — paralisação, primeiras organizações expressivas da classe trabalhadora, primeiras formas organizativas da classe trabalhadora brasileira.

As oligarquias agrárias fundamentaram valores particulares no desenvolvimento das relações sociais e políticas nacionais, inclusive valores do próprio estado brasileiro. Este nasceu sob a entre um *liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática*. A criação de alianças entre as províncias (estados) que concentravam potencialidades econômicas nos setores produtivos — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, por exemplo — associados ao poder militar e ao Poder Executivo, com amparo ideológico autoritário, caráter da Constituição Federal da época. Quando citamos acima a relação entre as atividades econômicas ditarem a dinâmica produtiva e a relação regional de concentração de poder, era exatamente o que observamos no início do século XX, período que engendra o “liberalismo à brasileira”.¹¹

Após a “Grande Depressão”, a realidade econômica era representada pela queda de um terço do valor da cotação anterior a 1929, os Estados Unidos, era o maior comprador de café brasileiro na época. Assim, vivenciamos o fatídico episódio das estratégias varguistas na história brasileira, café estava em declínio no mercado internacional, na finalidade de elevar o preço da mercadoria, ordena-se a queima das sacas da produção excedente, assim como é perdoada a dívida dos cafeicultores. Esta dívida, mediada por empréstimos externos que apareciam como a única alternativa para levantar as imensas somas de capital necessárias à

¹¹ “Evidenciamos o ano de 1922, ano de criação do PCB — primeiro partido nacional do Brasil — num contexto de amadurecimento das organizações operárias e heterogeneidade nos interesses burgueses nacionais, partindo do movimento federalista regional. Os campos da cultura e estética brasileira, gritavam nesse momento com influências diretamente políticas, buscavam a “identidade brasileira” como na contraditória Semana da Arte Moderna” (LACERDA, Nara; BEZERRA, Afonso. Excludente, elitista e patriarcal: pesquisadora amplia olhar crítico sobre Semana de 22. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 17 de Fevereiro de 2022 às 07:47. CENTENÁRIO. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/17/excludente-elitista-e-patriarcal-pesquisadora-amplia-olhar-critico-sobre-semana-de-22>>. Acesso em: 13/08/2023.).

aquisição de uma “tecnologia internacionalmente monopolizada” (Santos, 2012, p. 72). O complexo cafeeiro situava-se na metrópole São Paulo, traçado pelo incentivo industrial e econômico, construía uma nova espécie de burguesia e uma nova espécie de classe média paulista.

Na década de 1930, após o sucesso da Revolução Russa, o mundo vivenciava a 3ª Internacional e o Brasil presenciava a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Getúlio Vargas, o chefe de Estado, se aliava aos fazendeiros e reprimia a classe trabalhadora, como, por exemplo, em 1932 a criação do Movimento MMDC, que carrega em suas siglas o nome de quatro jovens assassinados ao se manifestarem contra o governo, Mário Martins de Almeida; Euclides Miragaia; Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Américo Camargo de Andrade. Sobre arte, as tendências do Modernismo brasileiro, eram absorvidas pela manifestação política da formação de esquerda e direita absorvidas em contexto nacional.

Era notório como a alternância de poder era entre alianças paulistas e mineiras, gerava insatisfação em grupos militares, na classe média e setores da elite, o que culminou em crise do regime, com a ruptura do pacto “Café com Leite”. Vale ressaltar que a política de criação de bases ao parque industrial brasileiro nestes anos, não prejudicou o setor exportador de produtos agrícolas que continuava com política cambial favorável.

O projeto era retomar o poder central do governo, com respaldo no desenvolvimento “industrial pesado” e interventivo. Estabelece-se, então, um processo de industrialização, mesmo que tardia, com aspectos desenvolvimentistas. A estratégia deste período conciliava os interesses de uma classe trabalhadora incluída nessa nova lógica produtiva, *reprodutiva do velho à medida que produz o novo*. Vargas, integra os sindicatos ao Estado, junto a essas esperanças, abre as portas para capital estrangeiro pós-Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, em sua dependência objetiva e subjetiva, promove um acordo com os norte-americanos que impele o investimento nas indústrias de base brasileiras em comutação ao valor de venda do café aos Estados Unidos. Originando deste acordo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) — uma característica forte deste governo é a criação de empresas públicas de economia mista. Os períodos que se sucedem expressam uma forte influência do imperialismo norte-americano, associado aos moldes do capitalismo dependente — não sendo novidade na história brasileira e latino-americana. O governo ditatorial centraliza o poder nas mãos do executivo, que sobrepunha ao poder legislativo, ou seja, o presidente decreta e a lei é a força que o ampara. Aqueles sindicatos criados para mediar a relação Governo x Classe trabalhadora, na política corrupta e entreguista, começam a ser fundamentais para controle e

censura de possíveis movimentos a emergir, por exemplo, a constituição de 1937 proibia o direito às greves.

No campo ideológico e estético, o Estado cria um órgão regulador da imagem e realizações materiais no período ditatorial. A censura e a construção do “cidadão de bem” são fomentadas e construídas a título de controle das subjetividades, determinação de práticas, valores e os projetos de interesse. Na contemporaneidade reverbera de modo em que uma pequena parcela defende as medidas elaboradas na época e pedem o retorno da política de repressão. O ideal trabalhista conservador moralista deste período e as reivindicações do movimento operário brasileiro, culminam em medidas a reforçar a imagem conduzida de um líder populista, preocupado com a classe trabalhadora, ou melhor, com a força das reivindicações do povo, desaguando na criação do salário-mínimo e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O ditador “cai por terra” ao vender sua “neutralidade” diplomática, conforme envia tropas brasileiras a combate na Segunda Guerra, para defender a democracia europeia, em troca do financiamento do projeto desenvolvimentista industrial brasileiro, lucrando com a venda de recursos que abasteceram os países afetados pela guerra. A pressão militar alinhada com a redemocratização, resultou na renúncia de Vargas (Santos, 2012). Passados 10 anos ditatoriais, Dutra foi eleito por voto direto dando início ao “período democrático liberal”. A necessidade de uma nova Assembleia Constituinte, decaiu sobre 1945, esta ressalta dois aspectos dos debates travados: “o do planejamento econômico e controle do executivo pelo legislativo [...] ambos remetem ao controle social e político do estado” (Santos, 2012, p. 77).

Os Estados Unidos, com poder e influência sobre a economia e política brasileira, em contexto de Guerra Fria e imperialismo, possuía um grau de intervenção e formas de controle sobre a ordem no Brasil, de modo a decretar e o Estado brasileiro atender. Um exemplo disso foi o rompimento com a diplomacia russa, assim como o fechamento, de maneira inconstitucional, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Havia um medo na ordem dominante frente ao crescimento do movimento operário e do próprio PCB. Nas eleições de 1950, Vargas retoma ao poder com ações numa dinâmica de concessões.

Aqui percebemos na história brasileira as bases predominantes capitalistas. A moldura que enquadra o predomínio ideológico e econômico, o que possibilitou o controle social sobre a classe trabalhadora, mesmo com o controle sindical de Getúlio abalado. As concessões com os donos dos meios de produção e a expansão das funções estatais desta época são marcadas por movimentos da classe trabalhadora por melhora na reprodução da vida. A criação de

medidas sustentadas na seguridade social realizam presença, tendo em vista os cenários intrínsecos de crises cíclicas vitais ao capitalismo.

Com os liberais e empresários inflamados com as medidas e caminhos traçados pelo governo, formavam um alto grau de oposição e pressão política. Estas angústias atingem a esfera privada da vida de Getúlio Vargas, a renúncia política é concretizada pelo seu suicídio. O acontecimento gerou comoção nacional resultando em manifestações populares, enfraquecendo a oposição na atmosfera golpista que se aproximava.

Em 1956, Juscelino Kubitschek (JK) completou o projeto de Getúlio. Considerada a “fase desenvolvimentista”, a economia brasileira vivia a industrialização pesada de desenvolvimento das forças produtivas, processo que praticamente completa a revolução burguesa (Santos, 2012). O período é marcado pelo plano de expansão do mercado interno de produção para consumo, o projeto era de incentivo para acelerar, ainda mais, a industrialização do país e a abertura para capital estrangeiro facilitando as relações econômicas internacionais, em um milagre econômico, dos “50 anos em 5”. JK atendeu aos interesses das classes dominantes que formavam as forças políticas, compostas por: facções da burguesia industrial; grandes proprietários fundiários; classe média urbana em formação (Santos, 2012).

Com a política de intervenção estatal direcionada para a preservação dos interesses dominantes imperialistas, o custo desta política se expressava a longo prazo na dívida externa. O Estado flexibiliza a articulação e influência de empresas privadas e seus mercados financeiros, nas políticas sociais e na vida cotidiana, inserindo sua esfera social na dinâmica da financeirização. A política brasileira acompanhava um projeto firme com estratégias nas políticas seguintes.

O regime político de direita centrado nas ações militares, a ditadura militar (1964-1985), possuiu atribuições históricas fundamentais para a atual hegemonia do capitalismo monopolista na sociabilidade brasileira. O movimento dos trabalhadores e as forças políticas eram assombrados pela repressão política, de maneira sanguinária e violenta. Enquanto isso, o capital internacional rastelava o novo padrão de acumulação, concentrando e centralizando as atividades produtivas da indústria brasileira, reforçando o caráter dependente dos recursos externos na estrutura financeira. A ditadura trouxe o agravamento da desigualdade social e a hiperinflação à economia brasileira, à medida que cada ditador cumpriu alguma demanda determinada pelo capital. Os tiranos eram protegidos pelas

ideologias moralistas e combatidos pela resistência dos movimentos sociais políticos contra o regime.

A ditadura militar fundamenta as estruturas políticas e institucionais em favor do capital financeiro internacional, apresentando traços de continuidade ideológica e subjetiva mesmo com a ruptura material do regime. O fim do governo militar toma impulso diante dos movimentos para a reivindicação da classe trabalhadora para as eleições diretas, sendo que a “Assembleia Constituinte foi uma arena de debate e disputas, consagrando alguns avanços, mas também conservando propostas que visavam: emendas constitucionais propostas pelo executivo, serviço militar obrigatório, entre outros elementos que demonstram algumas continuidades da ditadura na Constituição de 1988” (Teixeira, 2018, p. 140).

O fim da ditadura militar não significou o fim da ditadura burguesa. Pelo contrário, serviu de sustentáculo para hegemonia do capital financeiro internacional, favorecendo em novas dimensões o aprofundamento da dependência externa brasileira. Ressaltando que o processo de disputa não cessou por aí, pois,

As decepções com a ‘transição democrática’ – que em meio a depressão que vinha de 1982, não se traduziu em ganhos materiais para a massa da população, conduzindo à perda da capacidade de imantação das vanguardas populares –, a reconcertação dos interesses do grande capital, a força inercial do conservadorismo da sociedade brasileira, mais os condicionantes macroeconômicos do capital transnacional e os vetores ideoculturais da ofensiva neoliberal em escala mundial, logo recompuseram o contexto capaz de revigorar o projeto de hegemonia sinalizado no início da década. Assim, o ordenamento constitucional de 1988 [...] viu-se logo colocado na contracorrente [...] a Constituição de 1988, tornou-se alvo do grande capital (NETTO, 1996, p. 103).

Nos governos seguintes não se falava mais em desenvolvimentismo, vivia-se no Brasil a hiperinflação. Iniciam planos, sem êxito, de combate a inflação, Plano Cruzado, Plano Real. Os governos seguintes, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), adotam o ideário neoliberal no Brasil, o que resultou na venda de empresas estatais altamente produtivas economicamente, sob o argumento de melhoria produtiva, mas, na realidade, era a intenção de movimentar o capital financeiro. Assim, vende-se o projeto da soberania nacional. A movimentação do capital, a partir daqui, transita do desenvolvimentismo para o buraco do neoliberalismo, expressas na “flexibilização” dos direitos sociais e trabalhistas, que caminham desde este período no projeto reacionário de contrarreformas.

A vida cotidiana no Brasil de hoje é atravessada por todas essas particularidades da nossa formação social, assim como movimentos importantes das transformações sociais produzidos no século XXI, seja pelas contribuições e contradições dos governos do PT, os

golpe e o presente Bolsonarismo que enfrentamos nas dimensões sociais da vida. Vivemos na contemporaneidade, um projeto ideo-cultural, econômico, político sob as amarras ideológicas reacionárias. Os caminhos construídos foram trilhas de desmontes das políticas públicas, a entrada de multinacionais, exploração e resistência da força de trabalho no acirramento da luta de classes, como vimos neste capítulo. A classe trabalhadora segue se organizando em manifestações, discussões sobre projetos societário e a própria identidade brasileira.

Ao finalizarmos este capítulo, compreendemos que todos esses elementos forjaram a compreensão da realidade imposta aos brasileiros hoje. Cabe sinalizar que destacamos alguns elementos, diante da impossibilidade de apresentarmos a totalidade das mediações, a complexidade da história incapazes de serem expressas, muito menos resolvidas aqui. Trata-se de uma aproximação com o tema, necessária, antes desconhecido em seus plurais e disputados debates. É notório, em alguns momentos na abordagem, o caráter historicista e cronológico ao destacar movimentos históricos essenciais do passado, no presente, mesmo propondo-se a ser uma tentativa de ruptura. A escolha por manter a abordagem, para além da necessidade lógica de abordar o eixo como parte essencial da pesquisa, está na permanente necessidade que ora pontuamos neste trabalho, aprendidas a partir do projeto de formação profissional, marcado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS E O NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O objetivo do presente capítulo é apresentar a síntese realizada na pesquisa documental, através da análise dos projetos político pedagógicos dos cursos de serviço social públicos em Minas Gerais, com destaque para uma análise mais apurada no currículo da UFOP. Os diálogos que ora realizamos se propõe a demonstrar os avanços e desafios no constante processo de reafirmar um projeto profissional e, no seu interior, um projeto de formação defendido historicamente pela ABEPSS.

Nesse sentido, Teixeira (2018) reafirma a análise que há no projeto de formação profissional da ABEPSS uma concepção de fundamentos do Serviço Social. Sua tese qualifica as categorias que compõem a teoria social marxista enquanto perspectiva teórica do projeto de formação, em uma gama de ferramentas de análise para ler a realidade social e a profissão.

2.1 APROXIMAÇÕES AO PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ABEPSS

O projeto de formação profissional da ABEPSS é fruto dos movimentos históricos enquanto um elemento de luta em defesa da qualidade, valores e princípios na formação profissional. É possível observar como, cada “documento expressa as determinações conjunturais de cada momento e dinâmica das disputas na sociedade, ora de forma ofensiva, ora na defensiva, mas sempre na tentativa concreta de garantia da qualidade da formação e do trabalho profissional” (Teixeira, 2018, p. 67). Assim, cada frente, transborda a intensa busca e comprometimento com a atualização, revisão e rupturas na profissão, conforme o momento histórico, como também expressa os limites da realidade que se vive.

Percebemos esse movimento ao pensar nos avanços e os marcos da profissão desde sua institucionalização, como produto da organização da categoria, por exemplo, no movimento de reconceituação latino-americana e seus efeitos na renovação do Serviço Social. Os movimentos históricos ao se pensar no processo de construção do projeto de formação, moldam um perfil profissional mais crítico a cada vez que se propõe uma certa ruptura das práticas tradicionais, capaz de atuar na dinâmica da realidade social postos à profissão, ou seja, diante das novas necessidades sociais impostos à vida em sociedade.

O projeto de formação concebe que tal exigência precisa estar ancorado em uma teoria social crítica e com um método de conhecimento da realidade à sua própria luz para decifrá-la, partindo da realidade concreta, a partir de uma perspectiva de totalidade, compreendendo as inúmeras mediações postas no real. Isto é, o meio para fomentar o que somos nós enquanto sociedade, o que é ser, o que é o ser social, o que é o trabalho e o que determina como vivemos.

Neste processo, é exigido uma formação profissional que consiga “desvendar as tramas do trabalho na sociedade capitalista atual, sua significação, suas formas de aparecer e metamorfosear” (Teixeira, 2018, p. 66). Ao entendermos o capitalismo, a relação trabalho, ontológica e historicamente, e a formação de assistentes sociais, nos deparamos com o “alastramento e o aprofundamento das sequelas oriundas da exploração absoluta” (Guerra, 2021, p.173), advindas da “questão social”.

Essa capacidade analítica adquirida através das categorias viabilizadas por essa perspectiva teórica, permite compreender o direcionamento dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, possibilitando “apreender o significado social da profissão, construído a partir dos debates do Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho” (Teixeira, 2018, p. 66). Isto é, conhecer os impactos na vida social, ocasionado pelas relações de produção, apresentadas na contradição do capital sobre o trabalho, e o assistente social enquanto trabalhador(a) assalariado(a), vivenciando as condições de trabalho impostas pelo modo de produzir a sua classe, em um determinado momento histórico de sua forma de estruturação e acumulação (Teixeira, 2018).

Ao compreendermos a importância da teoria social para conhecer como vivemos, produzimos, reproduzimos, somos explorados, expropriados e as maneiras de agir e relacionar em sociedade, nos deparamos com o caráter histórico de todas as atividades humanas e, conseqüentemente, a centralidade ontológica do trabalho (IBDEM, 2018). Ou seja, precisamos conhecer como foram forjadas as relações de produção na sociedade, para apreender o que foi, o que é o capitalismo no Brasil, assim, perceber os impactos dele para a população brasileira em suas características particulares, históricas e sociais, e como o Serviço Social surge nesta dinamicidade, articulando no seu cotidiano de trabalho todo esse arcabouço teórico-prático construído durante a formação acadêmica-profissional. Portanto, o projeto de formação e trabalho profissional devem traduzir o significado social da profissão.

Partindo da unidade dialética entre os núcleos de fundamentação na busca pela formação de assistentes sociais em consonância com as dimensões do exercício profissional,

Teixeira, (2018, p. 67) destaca que:

Na concepção de Fundamentos aqui apresentada a relação trabalho e formação é uma via dupla de articulação. Ao mesmo tempo em que a formação deve compreender o trabalho na ontologia do ser social, em suas históricas formas de aparecer, no desenvolvimento da sociedade capitalista, nas particularidades históricas da formação social do Brasil; o trabalho profissional da/o assistente social, tendo essa matriz teórica, deve apresentar elementos que subsidiem a formação profissional, com novos elementos da realidade, demandas e requisições que possam surgir no trabalho profissional que retornam para a formação profissional.

Toda essa atenção ao articular os núcleos da vida social, formação social e trabalho profissional revela propriedades e princípios que fundamentam as diretrizes do projeto de profissão, presentes no Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social, com rigor teórico-metodológico e sócio-histórico que constituem os Fundamentos do Serviço Social. Trata-se de aspectos importantes para a leitura da realidade, expressos em um conjunto necessário para construir respostas profissionais.

Sob esta perspectiva, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, são o resultado de um longo trajeto de inquietações profissionais e discussões sobre a formação e a prática profissional na busca por alterar as propostas curriculares. Sabemos como o conservadorismo se opõe aos valores que abarcam a profissão que investiga a realidade dinâmica, desigual e exige atenção ao ser mediada nos limites e possibilidades do contexto de contradição em que está inserida.

É importante recuperarmos, nessa processualidade, o marco de 1975, quando se inicia o processo de revisão curricular, após a década de 1960, que foi atravessada pela crise política, ideológica, social e econômica, marcados pelo *modelo autocrático burguês*, por meio de golpes de Estado por toda América Latina, sob a égide de manutenção do imperialismo estadunidense e da dependência econômica. Esses questionamentos desaguarão em um marco na tentativa de rompimento com o Serviço Social conservador, pois se criaram bases que contestaram as abordagens hegemônicas da profissão, tais como a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade.

Vale ressaltar que foi nos currículos de 1982 que avançamos na direção teórico-política do projeto de formação, pois nele já se apontava a necessidade de reforma curricular. Podemos conferir os avanços em “relação entre a análise da realidade social e das particularidades sócio-históricas do Brasil para apreender o significado social da profissão e como esse significado social pode ser pedagogicamente ensinado na formação profissional” (Teixeira, 2019, p. 69). Isto significou

A preservação dos avanços do currículo de 1982, bem como do código de ética

aprovado em 1993, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-políticas e teórico-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 144).

Meio a tantos desafios, com o movimento geral da sociedade brasileira impondo mudanças que não se isolaram da profissão, possibilitou-se o surgimento e desenvolvimento da perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social conservador, na busca por novas bases para a profissão. Todo esse esforço de organização profissional é parte de um projeto coletivo na construção dos valores e princípios da formação profissional para um perfil profissional.

Destacar os movimentos particulares que recaem sobre a realidade brasileira e suas tendências na formação acadêmico-profissional no Serviço Social, ratifica a importância de estruturar a investigação da realidade presente, pelas próprias bases teóricas da formação sócio-histórica, somadas aos outros dois núcleos de fundamentação que sustentam os fundamentos da profissão.

Não se trata aqui de aplicar o caráter linear “historicista” ou cronológico ao serviço social e a realidade do Brasil, mas sim reafirmar uma análise crítica, revisitar e aprofundar os momentos com uma perspectiva de análise materialista histórica que a teoria social nos permite. São incontestáveis os avanços e o amadurecimento da profissão em todas as dimensões constitutivas da formação profissional desde seu surgimento na sociedade capitalista.

Esse legado teórico-metodológico foi consolidado nas estratégias elaboradas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, articulando os três núcleos fundamentais como centrais para a construção da formação e de respostas profissionais. Partimos do pressuposto que ao garantir o ensino desses fundamentos no processo da formação acadêmica, reflete-se no trabalho profissional de assistentes sociais.

O currículo mínimo de 1982, “é um marco na tentativa de rompimento com o Serviço Social conservador, pois questiona e supera teórica e criticamente, a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, hegemônica na profissão à época” (Teixeira, 2018, p. 68). *E demonstra a cultura profissional com sério rigor teórico-analítico*. Essa estruturação é semeada desde 1979, no Congresso da Virada, desencadeando momentos essenciais da reestruturação da profissão, como a promulgação dos códigos de ética profissional do assistente social em 1986 e 1993 e a lei de regulamentação da profissão, no mesmo ano.

Essa percepção é reafirmada pelo anseio em estruturação teórica do significado social da profissão e a constituição de uma identidade profissional, na contínua disputa dos projetos político-pedagógicos e do pensamento crítico na investigação da realidade, expressa nos currículos mínimos e diretrizes curriculares presente em toda trajetória do Serviço Social. Assim como o conjunto diverso e completo de áreas de conhecimento para a construção da formação profissional “que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p.15).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS possibilitam a síntese do amadurecimento da categoria, enquanto marco histórico. Também revela que a construção dos Núcleos de Fundamentação expressa esta preocupação teórica-científica na criação de um conjunto de conhecimentos organizado e estruturado, que aportam o significado social da profissão.

[...] As Diretrizes Curriculares são um ponto de chegada, mas também ponto de partida para novas incidências teórico-práticas junto à formação profissional – como a Política Nacional de Estágios (PNE), os Subsídios para o Debate Étnico-racial na Formação, A Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós-Graduação, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) e a estratégia do Projeto ABEPSS Itinerante – pois tendem a garantir a continuidade e a direção social que as Diretrizes contemplam (Teixeira, 2018, p. 68).

O documento define a direção comum, plural da formação, “como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (ABEPSS, 1996, p. 3) e refuta as diferentes compreensões ecléticas, até então, presentes na categoria, que assume compromisso ético-política com a classe trabalhadora.

Compreende a profissão enquanto atravessada pela realidade, num processo em que “se transforma ao transformar-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS, 1996, p. 8). Afinal, as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social se apresentam no registro aprovado em 1996, considerando a “reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais” (ABEPSS, 1996, p. 8), demonstrando a preocupação com a coerência exigida no próprio documento que expressa análises de conjuntura na formulação dos seus princípios e diretrizes de enfrentamento às tensões sociais pelo Serviço Social.

Todo esse conjunto analítico é possível, a partir do “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico” almejado nos princípios das Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996, p. 6), que capacita a formação profissional estabelecendo padrões de qualificação do ensino nas

dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Percebemos, também, pressupostos norteadores trazidos à tona pela reformulação documental, que além de reconhecer a totalidade dos processos para a atuação profissional, também busca as particularidades das relações sociais conforme as concepções assentadas pelo sistema capitalista.

É nesse momento histórico de revisão documental, que a “questão social” se apresenta como parte do processo de trabalho, pelas suas “configurações estruturais e conjunturais e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, 1996, p. 6). Assistentes sociais trabalham no enfrentamento às expressões da “questão social” e precisamos conhecer como elas se apresentam no modo de produção capitalista¹². Se expressam nos salários “injustos”, na pobreza, na superexploração, na miséria, nas violências, no não-acesso aos serviços públicos, na negação do direito à cultura e ao lazer, e todas as outras múltiplas expressões.

Parte-se do entendimento, também, que as mudanças no âmbito da produção exigem novas demandas e impõe qualificação profissional contínua, pois elas “alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados” (ABEPSS, 1996, p. 6).

Essas determinantes na construção da formação acadêmica-profissional são fundamentais para compreender o porquê estudamos o trabalho enquanto “categoria teórica central na ontologia do ser social, para a apreensão da questão social e das formas históricas pelas quais as desigualdades derivam dessa contradição” (Teixeira, 2018, p. 74), pois ao entender o trabalho como princípio ontológico, o reconhecemos em seus processos históricos de reprodução da vida social.

Percebemos a categoria trabalho como parte fundamental para a compreensão das relações do gênero humano com a natureza, junto a constituição do trabalho na formação dos sujeitos sociais (processo de trabalho), da consciência humana, e ainda mais no capitalismo, sobre a mercadoria (processo de valorização). Ou melhor, na relação de exploração na compra e venda da força de trabalho como mercadoria. Historicamente, compreender o trabalho é apreender a “questão social”, suas relações e condições e impostas a vida, demonstrada pela desigualdade avassaladora desta sociedade. Entende-se que

¹² Essa alienação imposta pela estrutura de apropriação privada da riqueza é na disputa do modo de produção capitalista, que pode ser superada, ainda que no processo mediações busquem se estabelecer para a contenção e apaziguamento de suas "expressões".

É no estágio monopolista do capitalismo, dadas às características que lhe são peculiares, que a questão social vai se tornando objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado. Com isso, instaura-se um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social (bem como para outras profissões) (Guerra, 2007, p. 6).

Neste mesmo plano, é possível analisar o “trabalho da/o assistente social como trabalho concreto, inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista” (Guerra, 2018, p. 74). Assim, possibilita ao profissional a reflexão sobre o significado social do Serviço Social no contexto da reprodução das relações e processos de trabalho, em suas diversas particularidades, relações com determinações históricas, sociais, ideológicas, políticas e econômicas. Com isso, a profissionalização do Serviço Social, como uma especialização do trabalho, possui princípios que devem expressar a densidade aos processos formativos, sendo que isto é apresentado nos núcleos de fundamentação.

Os núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, mas sim, expressam níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, “subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 9). Os três núcleos de fundamentação, se organizam em: I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; II. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Cada núcleo possui um traço essencial para entender a indissociabilidade e a singularidade entre a totalidade social e o cotidiano da formação/trabalho profissional.

Aqui encontramos um conjunto de conteúdos basilares para desvelar a realidade, como um processo de tecelagem do conhecimento. Esse desenvolvimento é projetado na formação profissional por componentes curriculares e matérias que buscam romper a lógica de “fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permite uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 9). Abaixo apresentamos as ementas de cada núcleo de fundamentação, conforme constam na primeira versão das diretrizes elaboradas pelas ABEPSS.

Quadro: Núcleos de Fundamentação dispostos nas diretrizes curriculares elaborados pela ABEPSS

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Núcleo de fundamentos do trabalho profissional
Este Núcleo é responsável pelo tratamento	Este núcleo remete ao conhecimento da constituição	O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma

do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação. O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social,

econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise: - Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalista, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”. - A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem. - O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas. - Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas. Estes conteúdos

especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996). Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. É o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão. O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e

<p>ênfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.</p>	<p>implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se: - Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais. - Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.</p>	<p>instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários. A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais 14 mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos. As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões.</p>
--	--	--

Fonte: ABEPSS, 1996.

As/os assistentes sociais têm como objeto de trabalho as expressões da “questão social” gerados pela formação sócio-histórica apresentados na vida cotidiana dos sujeitos. Além disso, o Serviço Social como profissão, ocupa diversos espaços institucionais para realizar sua prática, tendo em consciência as suas condições de classe social, enquanto trabalhador assalariado e as circunstâncias que atravessam a prática profissional, impondo diversos limites.

Nesse sentido, a maneira que o estudante de serviço social conhece as dimensões do Serviço Social, o método marxiano, as competências e o projeto profissional, influi em sua prática, comprometida (ou não) com a classe trabalhadora. Sabemos que a formação profissional não é homogênea devido aos diversos atravessamentos sociais, institucionais, ideo-culturais e econômicos. Ao passo que o déficit em um dos núcleos fundamentais, indissociáveis, na formação de Serviço Social, impacta diretamente na atuação, na

compreensão dos fundamentos da profissão na contemporaneidade, e logo, na forma de leitura do mundo.

Partindo desse entendimento, nosso objetivo se volta para desvendar como o núcleo de fundamentação II, comparece nas formações profissionais em serviço social, no Estado de Minas Gerais. Não na perspectiva de considerar tal núcleo de fundamentação como *superior* aos outros, pelo contrário. Na perspectiva de demonstrar que tal insuficiência, que a ausência impacta em cada núcleo de acordo com suas dimensões e na totalidade da compreensão sobre os fundamentos da profissão. O que a nosso ver, também revela que a não compreensão, negação ou dificuldades com os fundamentos da profissão demonstra a ausência de um dos núcleos como centrais para a formação.

A intenção que se propõe aqui, não é uma análise isolada de um desses componentes acerca da formação social brasileira, mas sem dúvida, é propor como esse eixo em específico impacta na *totalidade da compreensão de fundamentos*. Isto não é priorizar, suspender ou até mesmo isolar o núcleo, mas sim, reconhecer as singularidades e sua importância. Se um dos núcleos não está bem trabalhado, articulado nos componentes do currículo, os fundamentos do serviço social não se realizam.

Portanto, a pergunta¹³ que nos move é: como as Universidades públicas de Minas Gerais tratam esse núcleo de fundamentação nos cursos de Serviço Social? Será que a formação econômico-social brasileira está limitada a uma disciplina inicial do curso de graduação? (Medeiros; Nogueira; Bezerra, 2019). A formação social brasileira é ensinada enquanto disciplina do curso de serviço social, matéria e/ou uma dimensão do perfil profissional?

2.2 APROXIMAÇÕES AOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL PÚBLICOS EM MINAS GERAIS

Teixeira (2018) demarca os elementos centrais que organizam os núcleos das diretrizes curriculares e seus pressupostos, à medida que devem ser o alicerce da formação crítica enquanto assistentes sociais. Cada núcleo possui, em si, elementos que compõem o conjunto dos Fundamentos, um objeto de análise, remetendo a totalidade das coisas que precisamos conhecer ao lidar com a realidade social, ou seja, ao lidar com a sociedade em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. É a expressão dos fundamentos do serviço social

¹³ Sabemos que as universidades e o trabalho docente não está restrito às disciplinas, se não, também, aos projetos de pesquisa e extensão, assim como as atividades de militância relacionadas aos movimentos sociais ou aos fóruns da profissão. Do mesmo modo que é preciso conhecer as singularidades, das particularidades para compreender o resultado na totalidade.

que devem estruturar a formação, mas, também o trabalho profissional.

As dimensões do trabalho profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, expressam elementos de uma totalidade na análise da profissão e seu exercício. Essa leitura de Fundamentos é a forma, não só de ensinar essas dimensões na formação profissional, como também condição para a efetivação dessas dimensões na intervenção profissional sob uma perspectiva crítica. O conjunto articulado dos conteúdos dos três núcleos pode permitir que, no trabalho profissional, as demandas que chegam ao trabalho de forma imediata sejam mediatizadas nas dimensões de singularidade, universalidade e particularidade (TEIXEIRA, 2018, p. 89).

O núcleo a ser analisado coloca em evidência questões que nos atravessam na realidade: como foram construídos socialmente os sentidos da nossa organização enquanto sociedade brasileira? Por que essa economia, cultura, geopolítica, formas de desigualdade, o caráter dependente, a relação com a agricultura e o acesso à terra, à essa cidade? É o núcleo que aprofunda os momentos históricos, fundamentais para entender como o Brasil se configurou inserido na periferia do capitalismo mundial, atribuído a um papel fundamental na economia mundial. Para atingir esse propósito é exigido, na formação e no trabalho profissional, um perfil profissional crítico.

Nesse sentido, os projetos políticos pedagógicos devem estar assentados nos núcleos de fundamentação, e particularmente, o núcleo da formação social, exige-se a ênfase nas seguintes discussões ao longo da formação profissional:

Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”; A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das problemáticas setoriais a que se referem; O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também a compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas; Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas (ABESSS, 1996, p. 11).

Isto é, analisar as diversas manifestações do sistema capitalista, incluindo suas distintas abordagens de gestão e organização do trabalho, suas repercussões nas condições materiais e espirituais na vida dos trabalhadores. Ademais, acompanhar as transformações substanciais nas exigências para produzir a acumulação capitalista, ou seja, as estratégias de manutenção do sistema, mediante a novas configurações do cenário laboral global, amparadas sob a

relação capital x trabalho. A compreensão desses tópicos requer uma análise minuciosa e contínua do contexto social brasileiro, o percurso, as disputas e atuação das classes sociais, considerando a conjuntura e os interesses que o país atende. É importante acompanhar os processos sociais em andamento, responsáveis por diversas manifestações da “questão social” (ABEPSS, 1996). Indica-se que essa análise deve ser mediada de modo a superar as contradições apresentadas ao primeiro contato. Nesse sentido, consoante as diretrizes gerais da ABEPSS (1996, p. 11):

Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais; Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.

Assim, nossa análise parte destes *pressupostos* como referência para aproximação dos dados, apresentando o debate da formação social nos projetos pedagógicos do curso de serviço social na esfera pública em Minas Gerais. As universidades que contemplam o Serviço Social em Minas são as federais: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E as estaduais UNIMONTES e UEMG campus: Abaeté, Barbacena, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Passos e Poços de Caldas.

Inicialmente organizamos o quadro abaixo, que apresenta a primeira apresentação aos PPCs. Nesse momento, buscamos identificar se no PPC de cada curso aparece o núcleo de fundamentação II, alguma referência ao mesmo, desenvolvimento e se sinalizam também quais as disciplinas estariam diretamente ligadas ao mesmo.

Vale reforçar que, apesar de buscar as disciplinas *em si*, não temos a pretensão de reproduzir a lógica equivocada que vincula as disciplinas isoladamente a um ou outro núcleo. Partimos da compreensão de Teixeira (2018, p. 88), que mesmo se referindo às matérias, compreendemos que a mesma orientação cabe às disciplinas, os quais são desdobramentos das matérias. Ou seja:

Os conteúdos das matérias estão imediatamente interligados a um determinado núcleo de fundamentação, contudo, só são considerados conteúdos dos fundamentos do Serviço Social quando mediados pelos demais, sem perder as particularidades que cada matéria comporta. Vejamos: o conteúdo da matéria de Economia Política está imediatamente próximo ao conjunto de conteúdos do Núcleo de Fundamentos

Teórico-Metodológico da Vida Social, contudo, são conteúdos que só se manifestarão como conteúdo dos fundamentos do Serviço Social quando mediatizados pelo conjunto de conteúdos dos demais núcleos.

Portanto, todo componente curricular deve articular os três núcleos de fundamentação no seu interior para compreensão dos fundamentos do Serviço Social. No exemplo em tela, as disciplinas que tratam sobre a economia política deveriam perpassar pelos fundamentos da vida social, trabalhar as determinações da formação sócio-histórica e realizar a ponte com o exercício profissional de assistentes sociais. Sendo assim, sabendo dos limites expostos pela pesquisa, optamos por identificar se os PPCs anunciam as *disciplinas* e os *componentes* que as vinculam ao Núcleo II.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público, elaborado a partir das diretrizes curriculares do curso e da coerência com as normas institucionais da universidade que será ministrado. O projeto demonstra os objetivos do curso, em sua organização da metodologia de ensino, a estrutura física do curso disponível e os direcionamentos profissional, social e científico, ao se apresentar para a comunidade acadêmica. As análises dos quadros serão feitas a partir do que está presente nos documentos “projetos pedagógicos dos cursos”, caso a instituição não os cita ou não organiza as disciplinas indicando os componentes curriculares, ou a referência do núcleo, não serão citados, trata-se de uma necessidade de revisão.

Quadro 1: O núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira nos Projetos Pedagógicos dos cursos.

UNIVERSIDADE	COMO O NÚCLEO SE APRESENTA NO “PPC”?	DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O NÚCLEO
UFV	Seu N.II, que articula os conhecimentos relativos às particularidades da formação social e histórica da América Latina, com destaque para o Brasil, na sua constituição econômica, social, política e cultural. Busca explicitar a sua condição dependente, as configurações da formação urbano-industrial, bem como da questão agrária e da diversidade regional. Devem ser objetos de estudo e análise: os distintos modos de organização da produção, desde a colonização (escravista) até o modo de produção capitalista (trabalho livre) do processo de trabalho, de modo a apreender o percurso histórico da produção e apropriação da riqueza neste território, suas particularidades e configurações, bem como as contradições históricas que delas se desdobram. Desse modo, este núcleo deve permitir ao discente a apreensão da sociedade latino-americana em múltiplas dimensões, sendo capaz de relacionar os fenômenos aparentes com a totalidade dos processos fundantes da sociedade e seus desdobramentos históricos manifestos na superexploração, na desigualdade entre as classes sociais, no	SES 111 - Teoria Política; SES 112 -Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Social; SES 220 - Economia Política; SES 221 - Estado e Sociedade; SES 223 - Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; SES 310 - Política Social; SES 320 – Política habitacional e aspectos sociais; SES 321 - Seguridade Social: Políticas de Previdência Social e Assistência Social; SES 322 - Seguridade Social: Política de Saúde; HIS 332 - Formação Histórica do Brasil -

	racismo, na opressão de gênero/sexo, na destruição ambiental, dentre outros. Assim, subsidia-se ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no âmbito das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada (ABEPSS, 1996; MEC, 2002). (p.21)	2º Período; CIS 214 – Sociologia.
UFOP	Seu N.II, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada; (p.18)	Introdução a história Brasileira - 1º Período; (Não organiza as disciplinas indicando os componentes curriculares ou a referência do núcleo)
UFVJM	Neste núcleo, evidencia-se o conhecimento sobre os elementos constitutivos da sociedade brasileira nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais: configurada como urbano-industrial, portadora da rica diversidade regional e local, capitalista dependente e analisada ainda sob o ponto de vista da questão agrária, como elementos históricos fundamentais do país. Considera-se ainda a apreensão dos movimentos responsáveis pela consolidação dos padrões do desenvolvimento capitalista e seus impactos econômicos, sociais e políticos que refletem as desigualdades sociais, a exclusão social, as questões étnico-raciais, de gênero e de classe. (p.18)	Formação Sócio-Histórica do Brasil - 1º Período; Pensamento Social Brasileiro Geral; Pensamento Social Brasileiro Contemporâneo; Ciência Política; Questões Sociais e Globalização
UFTM	Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no País, bem como, os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social etc. O presente núcleo, também, aborda os padrões de produção capitalista em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas suas implicações nas condições materiais da força de trabalho, as profundas modificações dos padrões produtivos e de acumulação capitalista, criando uma nova concepção do mundo de trabalho. Trata-se ainda de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais, especialmente as políticas sociais. Analisa os diferentes projetos públicos existentes na sociedade de forma conjuntural na sociedade brasileira, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. O referido núcleo trata dos padrões de produção capitalista, os modelos de gestão e organização do processo de trabalho e suas consequências para os indivíduos, grupos e segmentos de classe e as manifestações dos fenômenos de exclusão. Estes conteúdos implicam em uma constante análise de conjuntura da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Neste sentido, indica-se:	Formação Sócio-Histórica do Brasil - 2º Período; Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I e II; Política Social I, II e III; Classes e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local;

	a) Análise da trajetória, constituição e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças – em suas dimensões econômicas, políticas e culturais; b) Conhecimento em profundidade, do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.(p.39)	
UFU	O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica foi composto para atender as necessidades de formação do discente no conhecimento da realidade nacional, pensando a dinâmica de funcionamento da sociedade brasileira e suas várias formas de organização e reorganização política e econômica ao longo da história, além de criar espaço para a reflexão sobre a realidade regional. (p.13)	Formação sócio-econômica do Brasil - 2ºPeríodo; Política Social I; Política Social II; Política Social III; Classes e Movimentos Sociais I e II
UFJF	Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende, ainda, a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatais e privadas; (p.12)	Pensamento Social III; Economia Brasileira; Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo - 1ºPeríodo; Política Social; Política de Seguridade Social I; Política de Seguridade Social II; Gestão e Planejamento Social; Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais; Classes e Movimentos Sociais I, II e III.
UNIMONTES	Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira – remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende, ainda, a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada. (p.30)	Formação Sócio Histórica do Brasil - 1ºPeríodo; Formação Sócio Histórica de Montes Claros e do Norte de Minas; Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Espaços Públicos; Direito, Legislação Social e Serviço Social; Seguridade e Serviço Social: Previdência Social; Seguridade e Serviço Social: Saúde; Seguridade Social e Serviço Social: Assistência Social; Direitos Intergeracionais e Políticas Públicas: Família; Optativas do Núcleo Temático Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira.

UEMG - Carangola	Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: Remete à compreensão da sociedade brasileira na configuração dependente urbano industrial, nas diversidades regionais e locais. Compreende ainda o significado do Serviço Social no conjunto das relações entre as classes e o Estado, abrangendo a dinâmica institucional na esfera estatal e privada. (p. 27)	Formação Sócio-Histórica do Brasil - 1ºPeríodo; Legislação Social aplicada ao Serviço Social; Questão Social e Particularidades Regionais; Estado, Classes e Movimentos Sociais I e II; Política Social e Serviço Social I, II e III. História do negro e a questão racial no Brasil; Laboratório de Políticas Sociais Especiais;
UEMG - Abaeté	Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social. (p.24)	Formação Sócia Hist. do Brasil - 1ºPeríodo; Política de Proteção Social: Seguridade Social; Política de Proteção Social: Saúde; Política de Proteção Social: Assistência Social; Questão Social e Capitalismo I e II; Ciência Política I e II; Ciência Política II; Economia Política
UEMG - Barbacena	Ainda não disponível devido a recente implementação do curso.	<i>idem</i>
UEMG - Cláudio	Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira: atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social (p.36)	Formação Sócio histórica do Brasil - 1ºPeríodo; Política de Proteção Social: Seguridade Social: Saúde /Assistência social/Previdência; Direitos Humanos e Legislação Social; Família e Rede
UEMG - Divinópolis	Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social. (p. 24)	Formação Sócia Hist. do Brasil - 1ºPeríodo; Política de Proteção Social: Seguridade Social; Política de Proteção Social: Saúde; Política de Proteção Social: Assistência Social; Questão Social e Capitalismo I e II; Ciência Política I e II; Economia Política
UEMG - Passos	Em decorrência desta consideração, ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes	Formação Sócia Hist. do Brasil - 1ºPeríodo; Economia Política;

	curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. (p. 51)	Direito Aplicado ao Serviço Social I e II; Cidadania, Processos Educativos e Movimentos Sociais; Trabalho e Sociabilidade; Política Social do Brasil; Legislação Social; Velhice na Contemporaneidade; Direitos Humanos e Proteção Social;
UEMG - Poços de Caldas	Não apresenta o núcleo, mas na disciplina de formação social se propõe: “A realidade brasileira em seus aspectos: social, político e econômico, a partir do embasamento histórico abrangendo desde o sistema colonial até a sociedade atual. A dialética da modernização. Transição democrática e neoliberalismo – as “exclusões sociais” e a atuação do assistente social no contexto da globalização” (p. 54)	Formação Sócia Hist. do Brasil - 1º Período; Não são organizadas por núcleos, apenas por períodos.

Fonte: elaborada pelos autores com base nos projetos pedagógicos dos cursos de serviço social em Minas Gerais

Pensando nessa construção da concepção de curso, seguimos em aproximação, ao conjunto dos PPCs do curso de serviço Social em Minas Gerais que tratam e apresentam, de alguma forma, os núcleos de fundamentação da formação profissional conforme demarcados pela ABEPSS (1996), onde podemos perceber como cada instituição organiza seus princípios articulados com os componentes curriculares obrigatórios. Os projetos pedagógicos inicialmente buscam abordar o núcleo, salientando os princípios da flexibilidade, interdisciplinaridade e a lógica do ensino-pesquisa-extensão, *rompendo com o caráter formalista* dos currículos.

No total são 14 universidades públicas, sendo 8 estaduais e 6 federais, autorizadas pelo Ministério da Educação a ministrar o curso de Serviço Social. As datas gerais de aprovação para a execução do curso nas instituições, variam entre o ano de 2007 a 2022, com exceção da Universidade Federal de Juiz de Fora, que inaugurou o curso na Faculdade de Serviço Social em 16 maio de 1958 (FSS/UFJF). Vale ressaltar que trabalharemos com 13 projetos pedagógicos, pois não houve retorno da Universidade Estadual de Barbacena¹⁴ disponibilizando acesso ao PPC.

Como apresentado no quadro 1, é perceptível que ao demonstrar o núcleo, as instituições como: UFOP, UniMontes e as Universidades Estaduais de Minas Gerais, unidades: Divinópolis, Cláudio, Abaeté, Carangola, não discorrem sobre como o núcleo é

¹⁴ O curso foi credenciado recentemente, a saber, em 2022, conforme a resolução CONUN/UEMG N° 580 de 09/11/2022, publicada em 11/11/2022.

desenvolvido, as estratégias e técnicas utilizadas para garantir a realização do mesmo. Reproduz o mesmo texto disposto nas diretrizes da ABEPSS, algo que não garante que o núcleo está sendo contemplado e mediado pela realidade local, regional. E principalmente com os outros dois núcleos de fundamentação.

Uma singularidade exposta no quadro 1, é que as instituições denominam o núcleo como “formação social brasileira”, “Formação Sócio-histórica do Brasil”, ou “Formação socioeconômica do Brasil”. Em seus PPCs são apresentados os autores clássicos e essenciais para a construção do conhecimento neste eixo, menos a UFOP. A instituição referente, limita o núcleo na disciplina de “Introdução a História do Brasil”, como também não desenvolve sobre as disciplinas, conteúdos programáticos a serem trabalhados no núcleo.

Recorrendo à ‘terceira coluna’ do quadro 1, nos direcionamos às disciplinas e suas ementas apresentadas nos PPCs, identificamos como as disciplinas do currículo se propõem a atender aos fundamentos da formação sócio-histórica. As disciplinas mencionadas se agrupam em diferentes núcleos, abordando aspectos políticos, econômicos, históricos e sociais do Brasil, bem como questões de direitos humanos, cidadania e políticas públicas ao longo do curso. Nestes aspectos, é possível identificar o caráter inicial dos fundamentos da formação sócio-histórica, concentrados majoritariamente no 1º Período e 2º Período dos cursos, enquanto os conteúdos citados acima, ficam a cargo das disciplinas setoriais ou componente curriculares diversos a fim de atenderem as necessidades de percepção do núcleo de maneira indireta.

Observamos uma pequena armadilha ao se tratar da política social, colocada como complemento do eixo da formação sócio-histórica. Ao analisar as ementas, é possível notar uma divisão dos núcleos de fundamentação, quando a formação social é diluída na perspectiva histórica da política social, tendencialmente tratada como central no debate. Isso, sem a dimensão que liga os três núcleos ou, até mesmo, quando não há uma ligação entre o trabalho profissional de assistentes sociais e a política social, como é possível verificar na particularidade da UFOP.

Ao serem priorizadas certas esferas, categorias e assuntos, suspende-se e inviabiliza outras dimensões das diretrizes, seja no estudo da formação social, seja a questão de raça e gênero na própria política, ironicamente, disputados intelectual e materialmente, de modo estrutural na sociedade. A importância em fundamentar e retomar essas discussões é para não nos rendemos ao pragmatismo e à superficialidade dos debates intensos e urgentes da realidade, fruto de uma exploração de raça, classe e gênero histórica.

Outra questão interessante percebida é que 7 instituições abordam na apresentação do núcleo, *a questão regional*, mas apenas 2 planos apresentam nas disciplinas a questão local, o destaque é para as disciplinas “Realidade Regional”, ministrada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro e “Questão Social e as particularidades regionais” ofertada na Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Carangola. Cabe frisar que a mera reprodução dos textos da ABEPSS, sem a caracterização dos aspectos regionais e locais, descarta o princípio e é incoerente com a própria construção do núcleo, uma vez que:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, *nas diversidades regionais e locais*, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. (ABEPSS, 1996, p. 11).

Isto é, na própria descrição dos conteúdos e eixos organizados do Núcleo, é reforçado o conhecimento construído nas diretrizes, após a incorporação dos conteúdos sobre a formação social brasileira no Serviço Social, reafirmando a importância da “análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças — em suas dimensões econômicas, políticas e culturais” (IBIDEM, 1996, p. 11).

A partir desse conhecimento particular sobre o lugar que se fala, constrói uma narrativa daquela região, se identificando nos processos e se apropriando do conhecimento, à medida que são expostas às formas de “manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização” (IBIDEM, 1996, p. 11) na particularidade da localidade, que compõe uma totalidade que é a formação do Brasil e capitalista.

Também podemos identificar a ausência de características de como será abordado a questão regional nas UEMGs, o núcleo não é desenvolvido minimamente em sua apresentação, sabendo que cada cidade e região possui sua singularidade e características de como ocorreu o desenvolvimento pela exploração econômica. Como também, ignora o estudo da formação social de Minas Gerais que não se apresenta, adicionando mais um desafio à efetivação do núcleo em sua totalidade de elementos inviabilizando, defasando a articulação dos núcleos institucionalizados pelas Diretrizes Curriculares de 1996.

Cada cidade e região carrega consigo determinações e construções sócio-históricas, por exemplo, no Brasil, a economia mineira carrega em seu nome o interesse que atendia a metrópole, compondo o ciclo extrativista da mineração. A cidade de Mariana em Minas Gerais, é considerada a primeira cidade de Minas, fruto do movimento exterminador de quilombos e dos povos indígenas, nesta busca por metais preciosos nos séculos XVI e XVII. A cidade primaz nos apresenta atualmente uma gama de atravessamentos dada a mineração,

que estabeleceu um perfil populacional, habitacional e geográfico, pela expansão de maneira desordenada e empobrecida na cidade.

Também, ao reconhecer o espaço que o minério de ferro provoca na economia marianense, percebemos vários processos de urbanização à medida que se instalavam grandes mineradoras no município. Dentre estes vários elementos e movimentos históricos, vão surgindo novas configurações das relações sociais e do mundo do trabalho, e claro, novas expressões da “questão social” na cidade. O que exige amplo debate e empreendimento coletivo no sentido de preparar novos profissionais, que tenham condições de realizar uma leitura crítica dessa realidade.

Nos saltos históricos é possível observar as articulações de ocupação deste território, os bairros sendo rapidamente formados no entorno do centro, caracterizando as pessoas, a classe e a raça desta população. Reconhecendo essas demandas históricas e sociais que recaem no município, entendemos os seus reflexos, por exemplo, o ano de 2015, às terras inconfidentes sofreram os impactos dos interesses capitalistas acima da vida e memória de um povo.

O crime ambiental, desta vez, pertence à empresa Samarco Mineração S.A., onde a barragem de rejeitos do minério de ferro conhecida como Fundão, atingiu a vida de milhares de pessoas, de maneira indireta e diretamente. Esse modelo de barragem do tipo montante foi extinto em milhares de países pelos riscos conhecidos, mas ainda é utilizado pelo custo e lucro, em países como o Brasil. A história, identidade e memória dessa população atingida não foi o suficiente para competir com a lógica destrutiva capitalista.

Destruiu hidrelétricas, sendo suspensos o abastecimento de água de inúmeras cidades, atingiu diversas comunidades indígenas e quilombolas. O comércio local e atividades produtivas na Bacia do Rio Doce, são ligadas hoje pelos danos ambientais e identitários, como a cultura da pesca e agropecuária. As vidas impactadas pelo crime, hoje se organizam e lutam pela retomada de sua cidadania e direitos sociais. A luta dos/as atingidos/as e pelos movimentos sociais que atuam junto à questão da mineração na região, possibilitou a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), marca a “definição dos seus direitos; marcos legais; órgãos do Estado responsáveis; fontes de financiamento”.

A política pública direcionada à população marianense foi construída nos braços clientelistas e paternalistas, em determinado momento, essas grandes empresas comandam a política e os políticos do município, antes aos comandos da igreja. Aqui se apresenta uma

particularidade da formação do país, mas de modo singular. Essa formação local, é um dos desafios institucionais para os profissionais que atuam com as políticas sociais desenvolvidas para este espaço sócio-ocupacional, que compõem uma realidade local, de Mariana, mas é parte da formação de Minas Gerais e, conseqüentemente, para a formação do Brasil. Essa articulação reforça as bases da formação acadêmica-profissional de modo a conhecer e atingir por meio do exercício profissional a realidade “real” e complexidade de cada necessidade exposta na vida dos sujeitos deste território.

Os impactos dessa ausência de subsídios, recaem diretamente na capacidade de análise, no trabalho e no fazer profissional, que acaba por limitar o debate em sua urgência sócio-histórica e econômica para o Serviço Social e para a construção do conhecimento teórico-científico. Este movimento reproduz a tendência colonialista e eurocêntrica de como são tratadas social e academicamente as questões que envolvem a formação social brasileira, inviabilizadas. Essa mesma percepção é exposta ao investigarmos o estudo e o debate acerca da Questão étnico-racial, expressão do racismo estrutural da formação brasileira. Isto é,

A construção de tais subsídios caracteriza-se como uma atitude antirracista na formação e no trabalho profissional, reconhecendo a importância sócio-histórica do debate étnico-racial (ABEPSS, 2018) e, ao mesmo tempo, é uma forma de expressar que a questão étnico-racial no Serviço Social evidencia a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares. Portanto, deve ser incorporado pela categoria profissional no seu trabalho cotidiano e pelos PPPC's de Serviço Social (Teixeira, 2018, p. 99).

Porém, a subalternidade da questão étnico-racial no Serviço Social, não é novidade mesmo reconhecendo-a como um dos elementos estruturais da desigualdade social brasileira, diante também da determinação de uma sociedade de classes, é parte de um projeto de apagamento da história brasileira e negra, colocada como superada sendo parte elementar e intrincada da realidade que se apresenta.

Desatentar-se a questão étnico-racial na formação, ainda, fere eixos das diretrizes e o compromisso no exercício profissional antirracista, que rejeita toda forma de opressão e discriminação, preconizado no Código de Ética de 1993, uma vez que “a constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto” (ABEPSS, 1993, p. 11).

Reafirmar esse caráter, é essencial para a capacidade e perfil profissional de análise crítica da realidade social, e evidentemente, para a articulação dos Núcleos de Fundamentação, perpetuando importante legado de amadurecimento teórico-político do

Serviço Social. Ao pensar nessa relação estrutural histórica, a questão étnico-racial,

[...] deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/ secundarização do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras (ABEPSS, 2018, p. 19).

Chamando atenção para essas violências *estruturais*, destacamos as potenciais consequências negativas de uma abordagem restritiva, sendo fundamental que as instituições educacionais reconheçam a relevância de uma análise abrangente e profunda da questão étnico-racial, para além de um “tema” de aula ou disciplina. No presente, isto é produzir reflexões críticas e discursivas, incentivando a apropriação de educação que valorize as narrativas de modo particular em suas diversidades. É necessário combater radicalmente as desigualdades dos espaços, de modo a promover uma compreensão crítica e real dos processos históricos da sociedade por meio de ações de enfrentamento e condições dignas de vida. No horizonte, a construção de uma nova sociabilidade que rejeita qualquer violência psicológica, territorial ou física, direcionadas ao ser social, construídos no dia a dia, reconhecemos os desafios presentes nesta sociabilidade e como eles ameaçam o existir destas pessoas atendendo interesses raciais de poder.

Quadro 2: Elementos norteadores dispostos na análise quantitativa sobre como aparece a formação social brasileira e em qual momento da formação acadêmica é apresentada.

PALAVRAS-CHAVE (temas/conceitos/ assuntos que mais aparecem.)	APARECERAM QUANTAS VEZES?	ESTÁ PRESENTE EM QUANTOS CURRÍCULOS?	EM QUAL PERÍODO A DISCIPLINA É MINISTRADA?
“Política”	43	13	-
“Formação – sócio”	23	12	1° OU 2° PERÍODO
Movimentos sociais	11	6	3° PERÍODO
Política Social	10	6	5° E 6° PERÍODO
Proteção social	8	4	5° E 6° PERÍODO
Economia Política	4	4	1° OU 2° PERÍODO

Fonte: elaborada com base nos projetos pedagógicos dos cursos de serviço social em Minas Gerais

Destacamos a partir do nosso levantamento os temas, conceitos, categorias e assuntos

que mais aparecem nos elementos analisados, por se tratar de uma aproximação inicial. Segundo o quadro 2, foi possível observar em 10 dos 13 currículos disponíveis, a organização das disciplinas ofertadas correspondentes ao seu eixo temático, o núcleo de fundamentação 2. Isto não significa a separação destes núcleos ou caracterização dos mesmos, mas sim, o planejamento e a organização do trabalho que será desenvolvido a partir da indicação dos componentes curriculares dispostos na ABEPSS. Apenas 2 universidades não demarcam o conteúdo a ser ministrado, vinculado ao núcleo de fundamentação 2, sendo elas UFOP e UEMG - Unidade Poços de Caldas.

Ao que tudo indica, as 10 instituições, respeitam os diversos níveis de percepção, abstração e apreensão da realidade social e profissional, tratando-se do trato teórico-metodológico. Sabemos que a construção do projeto pedagógico do curso não garante que serão realizadas todas as disposições manifestadas no documento, mas demonstra a responsabilidade com a construção dos componentes e seus programas, que reflete diretamente na elaboração e coordenação de estratégias acadêmicas. Aqui reforçamos que uma análise da materialização, apropriação real e desenvolvimento nos cursos exigiria outras fontes e frentes de pesquisa, como por exemplo: análise dos planos de ensino e entrevista com discentes.

Esse caráter é evidente quando analisamos as disciplinas e quando são cursadas (quadro II). Todas as instituições limitam as disciplinas que em tese se vinculam ao núcleo da formação social brasileira, em seus primeiros períodos do curso. A tendência geral observada é a extensão do núcleo, ao longo do curso, para as disciplinas de políticas sociais setoriais contempladas nos componentes curriculares dos projetos pedagógicos, como ainda a oferta dos núcleos de pesquisa e extensão. Supostamente, as instituições colocam o estudo das políticas sociais setoriais como continuidade da fundamentação do núcleo II, capazes de trabalhar os eixos do núcleo.

Essa articulação exposta na maioria dos currículos de serviço social das universidades federais e estaduais de Minas Gerais apresentam os estudos da formação socioeconômica brasileira de modo *isolado (quando aparece)*, limitado (desvinculados dos outros dois núcleos de fundamentação) a apenas na fase inicial do curso ou a um interesse pessoal das/os discentes que poderão participar de um curso de extensão ou uma disciplina, impactando na apreensão dos fundamentos do serviço social, a partir dos três núcleos.

Ou seja, as dimensões do núcleo estão soltas e acarretam diversos problemas na compreensão do núcleo e dos fundamentos como uma totalidade, tanto para as/os docentes

quanto para as/os discentes. Logo para os profissionais de serviço social num todo, o que culmina em uma

[...] irresponsabilidade intelectual, uma contradição em termos com o projeto de formação profissional coletivamente construído pela categoria profissional. Tal contradição resvala na própria possibilidade de aprofundamento da perspectiva de intenção de ruptura, noutros termos, na necessidade de superar os esquematismos inerentes ao chamado Serviço Social tradicional (MEDEIROS; NOGUEIRA; BEZERRA, 2019, p. 192).

A tendência posta pela extensão do núcleo às disciplinas de “política social” ou “proteção social” incide em outra problemática: a centralidade da política social no estudo deste núcleo de fundamentação e não da “questão social”. Ao analisar as ementas das disciplinas setoriais identificamos que a abordagem prioriza a história da política social tratando-a enquanto basilar ao estudo no curso de serviço social, logo, central ao exercício da profissão de assistentes sociais. Como apontado por Teixeira (2018), ao estabelecer a política social como uma *base de sustentação* da formação, esquecemos o caráter da mediação imposto pela política social, sendo o objeto determinante a “questão social”, não o inverso.

Ou seja, a fome, o desemprego, a desigualdade, são os reflexos da “questão social”, produzidas pelos interesses no modo de produção capitalista, se reproduzem na contradição capital versus trabalho, onde a produção é cada vez mais coletiva e o resultado desse processo, a apropriação das riquezas, a poucos pertences (cada vez mais privado). Ainda que seja através da política social que o profissional de serviço social atua, respondendo às expressões da “questão social”, na garantia da reprodução mínima da vida social, da classe trabalhadora, mantendo a reprodução do sistema capitalista. Como também,

[...] As políticas sociais devem contemplar o conhecimento técnico-científico das profissões envolvidas e não pautar esse conhecimento. Devem contemplar as atribuições e competências para as quais as profissões foram formadas e não definir atribuições e competências ou impor as respostas que as profissões devem dar às demandas institucionais. Para que um profissional possa contribuir para a resolutividade das ações programáticas e emergenciais necessita reunir determinadas características, deter determinados conhecimentos, dominar determinados instrumentos, pautar-se em determinados valores e, fundamentalmente, ter certo grau de autonomia profissional. Em que medida os conteúdos das políticas sociais tem se tornado o conteúdo da profissão ou das profissões é uma preocupação que deve nortear as pesquisas (Guerra, 2018, p. 10).

Ou seja, colocar a política social como responsável por um núcleo de fundamentação sem atrelar aos demais, e/ou no seu interior, também não trabalhar a formação social impõe ao docente o resgate contínuo desses elementos durante a disciplina que carrega a mediação como central, não o objeto — seja de estudo ou de trabalho. O que na maioria das vezes pode acontecer, como em nosso caso particular da UFOP.

Nas palavras de Teixeira (2018, p. 188): “Quando não se considera esses aspectos, o

objeto da intervenção profissional deixa de ser as expressões da questão social e pode vir a se configurar a política social como objeto de trabalho”. Isso reforça a necessidade de articulação completa dos núcleos e coloca em evidência que sem conhecer o objeto, a mediação é enviesada, dissimulando o objeto da intervenção profissional e da formação. Assim,

Se é a política social que vem pautando imediatamente o exercício e quer pautar imediatamente a formação profissional, faz-se necessário que ela seja apropriada a partir dos fundamentos que a constituem e, ao mesmo tempo, que seja captada a partir das demandas e requisições sócio-profissionais e políticas que vêm impondo às profissões. Esse é pré-requisito para que os formadores possam enfrentar o fetiche que as metodologias e as pautas de como fazer exercem sobre as profissionais. Por outro lado, é preciso evidenciar o potencial que tem a formação (crítica) para a política social. Ela pressupõe uma articulação entre espaço acadêmico e profissional, preservando os limites e possibilidades de ambos (IBIDEM, 2018, p. 13).

A indissociabilidade dos núcleos, requer do projeto do curso, da atividade docente, independentemente da disciplina ministrada, a articulação dos três núcleos no seu interior. Reconhecer a complexidade da realidade social não é suficiente para materializar os Núcleos de Fundamentação na formação, demanda a construção de possibilidades capazes de articular cada dimensão, em diferentes níveis de complexidade, para pensar com intencionalidade, em diferentes momentos da formação acadêmica resgatando os princípios dos núcleos, conjuntamente, como deve ser.

Assim, o profissional é munido de conhecimento ampliado, articulado como resultado, atua com uma visão ampliada do objeto de intervenção do assistente social. Demarcar isso é essencial, e não exclui as adversidades, desafios, problemas e atravessamentos da realidade presente.

Como tais núcleos expressam níveis distintos de abstração, são também aproximações sucessivas desse real em movimento. Os núcleos, para a formação profissional, expressam a forma mais inovadora que a profissão construiu até então, e na mesma intensidade, apresenta-se como a forma mais desafiadora para sua efetivação, principalmente nessa realidade concreta contemporânea (Teixeira, 2018, p. 85).

As constantes mudanças da realidade, dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social, da esfera pública, das demandas da educação, das constantes ameaças reacionárias ideológicas, a mercantilização da educação, precarização das esferas da vida e trabalho, são alguns dos entraves, tendências e desafios contemporâneos para a materialização dos fundamentos. A produção de conhecimento carece da constante qualificação e atualização, tendo como objetivo a transversalidade, ou seja:

[...] associar conhecimento teórico às condições de existência, o legado já acumulado pelo pensamento social brasileiro carece de ser apropriado e atualizado para, a partir dele, refletir sobre as particularidades dos processos histórico-sociais

concretos” (Bezerra; Medeiros; Nogueira, 2019, p. 192).

Vale comentar que a teoria social não é exclusiva do serviço social, muito menos o estudo da formação social brasileira, pois a realidade social é objeto de aproximação de diversas áreas de conhecimento na busca por apreender a sociedade num todo, com todos os seus complexos e esferas da vida social. Com isso, diversos departamentos estão presentes durante a formação em serviço social por terem competência e qualidade ao se tratar da teoria social ou os processos históricos do Brasil. No entanto, a perspectiva que mais incide é a “historicista, compartimentada e fragmentada da realidade, reforçando a ausência de diálogo com os demais componentes da formação profissional” (Bezerra; Medeiros; Nogueira, 2019, p. 192), conforme também podemos observar na análise dos PPCs.

Esse apontamento não se refere à responsabilização destas áreas de conhecimento, ou coloca o serviço social enquanto detentor de todo conhecimento e teoria. Mas, aponta a necessidade de conhecer as diretrizes e movimentos da profissão, no sentido de contribuir para o perfil defendido pelo curso em si. Não se trata de uma crítica direcionada à multidisciplinaridade presente na formação, mas sim aos desafios presentes no processo de formação profissional e articulações essenciais para a realização plena dos núcleos que são indissociáveis.

Quadro 3: O conteúdo das ementas com recorte para as disciplinas que inauguram o eixo.

UNIVERSIDADE	CONTEÚDO DA EMENTA	REFERÊNCIAS
UFV	Brasil Colônia: economia e sociedade. Brasil Império: política e formação da nação brasileira. Brasil República: o processo de modernização brasileiro.	<p>BOXER, Charles R. O império marítimo português 1415-1825. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de. e CAMPOS, Pedro Moacyr. História geral da civilização brasileira. Tomo I. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: DIFEL, 1960.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. "Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen". In: Revista de História da USP. São Paulo, nº 149, 2º sem. 2003. pp. 109-137.</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida</p>

		<p>privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>NOVAIS, Fernando A. Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.</p> <p>PRADO Jr. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1963.</p> <p>RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.</p>
UFOP	<p>Trajatória histórica brasileira: a herança colonial. A "Revolução de 30". Implantação, evolução e crise do Estado Novo. Urbanização, industrialização e os novos atores políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo. O regime Militar e o processo de distensão política. O Brasil no contexto neoliberal. Particularidades da constituição histórica da região de Ouro Preto e Mariana.</p>	<p>FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.</p>
UFVJM	<p>Ementa: Trajetória histórica brasileira: herança colonial, estado nacional, crise da república velha e o colapso do estado novo. A constituição do capitalismo no Brasil e o desenvolvimentismo. Modernização conservadora no pós-64. Transição democrática e o neoliberalismo. Particularidades da constituição histórica mineira e dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha</p>	<p>DULCI, Otávio Soares. Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.</p> <p>FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp: 1998.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 3aed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>_____. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1982.</p> <p>PRADO, Caio Junior. História econômica no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969.</p>
UFTM	<p>Estudo sobre a formação histórica brasileira, seus modelos econômicos, os conflitos sociais e a formas de organização política. Análise sobre a trajetória histórica brasileira e suas contradições. Reflexão crítica da historiografia sobre a formação do Brasil.</p>	<p>CARVALHO, J. M. Os bestializados. São Paulo: Cia das Letras, 2001.</p> <p>HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p> <p>PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São</p>

		Paulo: Brasiliense, 1973.
UFU	A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 1970. Transição democrática e neoliberalismo.	<p>BAER, W. A Economia Brasileira. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1996.</p> <p>DAGNINO, E. (org.). Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>FURTADO, C. M. Formação Econômica do Brasil. Brasília: UNB, 1963.</p> <p>GREMAUD, A. P. et al. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>HOLLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.</p> <p>IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.</p> <p>REIS J. C. As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.</p> <p>REIS FILHO, D.A., FERREIRA, J., ZENHA, C. (orgs.) O século XX. Rio de Janeiro: 48 Civilização Brasileira, 2000.</p> <p>SACHS, I, WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. (orgs.) Brasil - Um Século de Transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001.</p> <p>SCHWARCZ, L. M. (org). História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil,v. 4.).</p> <p>VIANNA, L. E. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.</p>
UFJF	A presente disciplina busca debater a história recente do Brasil, destacando temas do passado que reverberam na contemporaneidade do país. O curso é atravessado pela discussão sobre a questão da construção da cidadania no Brasil.	<p>CARVALHO, J. M. de. A Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>FERREIRA, J. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>FERREIRA, J. (Org.). O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>REIS FILHO, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.</p> <p>MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva. 2002.</p>

		FICO, C. História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2004.
UNIMONTES	Formação Sócio-Histórica do Brasil – 72 h/a (Depto. História): Heranças coloniais, constituição das culturas indígenas e afro-brasileiras e as correntes clássicas de interpretação da formação social brasileira. Da colonização à revolução burguesa no Brasil. Formação da sociedade e do Estado brasileiro. Emergência e crise da República Velha. Revolução de 1930. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos.	IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500 - 1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org.) História da civilização brasileira. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, T. III, VI, 1977. NOVAIS, F (org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
UEMG - Carangola	Formação Sócio-Histórica do Brasil: Ementa: O Processo de colonização brasileira e a constituição do Estado Nacional; emergência e crise na primeira República. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimentos de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimento e inserção no sistema capitalista mundial. Modernização conservadora no pós-64; Transição democrática e neoliberalismo.	AGUIAR, Marco Alexandre de. As décadas de 80 e 90: transição democrática e predomínio neoliberal. In.: Contemporâneos. Revista de Artes e Humanidades, n. 7, nov-abril. 2011, pp. 1-12. MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação-Histórias. 2.ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo. 2000.363p. SAMPAIO, Plínio Arruda. Os períodos da História do Brasil. In: STEDILE, João Pedro e SAMPAIO, Plínio Arruda. História, crise e dependência do Brasil. São Paulo: Movimento Consulta Popular, 2003.
UEMG - Abaeté	Análise do processo histórico brasileiro em suas dimensões socioeconômica, política e cultural, desde o período colonial até a contemporaneidade. A constituição do Estado e da sociedade civil a partir da herança colonial: República Velha, Estado Novo, processos de industrialização, urbanização, desenvolvimento e o nacionalismo. A questão social vista sob o ângulo do processo sócio-histórico brasileiro. Exercícios de investigação da questão social nos diversos momentos históricos.	BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2007. IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
UEMG - Barbacena	-	-
UEMG - Cláudio	Formação Sócio-Histórica do Brasil: Ementa: Análise do processo histórico brasileiro em suas dimensões socioeconômica, política e cultural, desde o período colonial até a contemporaneidade. A constituição do Estado e da sociedade civil a partir da herança colonial: República Velha, Estado Novo, processos de industrialização, urbanização, desenvolvimento e o	IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política no Brasil. 16ed. 7.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. 14.ed. São Paulo: DIFEL, 1984. RODRIGUES, Marly. A Década de 80: Brasil - quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1999.

	nacionalismo. A questão social vista sob o ângulo do processo sócio-histórico brasileiro. Exercícios de investigação da questão social nos diversos momentos históricos.	
UEMG - Divinópolis	Formação Sócio-Histórica do Brasil: Ementa: Análise do processo histórico brasileiro em suas dimensões socioeconômica, política e cultural, desde o período colonial até a contemporaneidade. A constituição do Estado e da sociedade civil a partir da herança colonial: República Velha, Estado Novo, processos de industrialização, urbanização, desenvolvimento e o nacionalismo. A questão social vista sob o ângulo do processo sócio-histórico brasileiro. Exercícios de investigação da questão social nos diversos momentos históricos.	IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política no Brasil. 16ed. 7.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. 14.ed. São Paulo: DIFEL, 1984. RODRIGUES, Marly. A Década de 80: Brasil - quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1999.
UEMG - Passos	A realidade brasileira em seus aspectos: social, político e econômico, a partir do embasamento histórico abrangendo desde o sistema colonial até a sociedade atual. A dialética da modernização. Transição democrática e neoliberalismo – as “exclusões sociais” e a atuação do assistente social no contexto da globalização.	PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945; _____. História econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.; RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
UEMG - Poços de Caldas	A realidade brasileira em seus aspectos: social, político e econômico, a partir do embasamento histórico abrangendo desde o sistema colonial até a sociedade atual. A dialética da modernização. Transição democrática e neoliberalismo – as “exclusões sociais” e a atuação do assistente social no contexto da globalização.	PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945. _____. História econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Fonte: elaborada com base nos projetos pedagógicos dos cursos de serviço social em Minas Gerais

No que tange às reflexões presentes no quadro 3, em consonância com a construção do trabalho, reforçamos que não se trata de vincular “disciplinas de tal núcleo ou daquele outro núcleo”, quando destacamos a ementa e o debate das disciplinas iniciais de cada currículo. A presente questão é a ênfase que vem sendo trabalhada nos currículos, mas não de isolamento dos três núcleos.

Compreendemos que essa articulação está em pequenas mudanças de abordagem que podem ser conduzidas na própria sala de aula, tirando o viés classificatório e hierárquico dos núcleos, ou seja, se a ênfase, temática ou conceito da disciplina remete às particularidades do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social. O principal desafio está em conectar o conhecimento teórico às condições de existência e trabalho profissional,

considerados no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O quadro 3, organiza as ementas com a descrição do conteúdo, as referências utilizadas, e as demais disciplinas que dão ênfase no eixo e quando são cursadas. Dois cursos não apresentam todas as disciplinas que compõem o núcleo analisado, como: UFOP e a UEMG - Poços de Caldas. Assim, buscamos nas disciplinas que inauguram o eixo, enquanto basilar na apresentação do conteúdo para os discentes, de modo a conhecer as referências¹⁵ utilizadas pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAS).

Inicialmente, investigamos quais foram os autores que mais aparecem¹⁶ nas ementas, selecionando os que são referenciados ao menos 3 vezes na totalidade das ementas que apresentam as disciplinas iniciais do núcleo da formação social brasileira. A escolha pela variável de 3 vezes, é pensando que tem ementas que compartilham da mesma estrutura, principalmente nas instituições estaduais, e se repetem 2 vezes no máximo entre as instituições.

Os resultados coincidiram, no que tange a referência mais citada pelas instituições, identificamos: “PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1945. _____. História econômica do Brasil. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985”. O texto de Caio Prado Jr, aparece em 6 instituições, sendo elas: UEMG - Passos, UEMG - Poços de Caldas, UFU, UFMT, UFV, UFVJM, sendo o autor e obra que mais apresenta diversidade de instituições em relação ao debate da formação social brasileira nos currículos de Minas.

Ainda consoante aos autores e suas obras que mais aparecem temos: “IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. A obra aparece 4 vezes, nas instituições estaduais: UNIMONTES , UEMG - Abaeté, UEMG - Cláudio, UEMG - Divinópolis. O autor Carlos Guilherme Mota aparece 3 vezes com duas contribuições, sendo: “MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. 14.ed. São Paulo: DIFEL, 1984.” nas UEMG - Divinópolis e UEMG - Claudio e com “ MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação-Histórias. 2.ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo. 2000.363p.” na UEMG - CARANGOLA. Os clássicos como Darcy Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda aparecem 3 vezes, sendo:

¹⁵ Vale lembrar que foram analisadas as **referências obrigatórias** das instituições, pelo seu caráter indispensável na composição dos currículos de formação.

¹⁶ Isto não significa que outros autores clássicos ou contemporâneos não estão sendo utilizados, ou aparecem, nosso interesse é apenas saber qual autor mais aparece nos currículos.

“RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995” nas UEMG unidade Passos, Poços de Caldas e Abaeté.

O autor Sergio Buarque de Holanda é apresentado em duas obras, tais como: “HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. História geral da civilização brasileira. Tomo I. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: DIFEL, 1960” na Federal de Viçosa e nas Federais do Triângulo Mineiro e Uberlândia, com “HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.”

Sabendo disso, analisamos os dados de pelo menos 3 universidades públicas de Minas Gerais. O quadro 3 é composto por 56 referências e 34 autores, sabemos que 22 autores aparecem 1 vez; 7 autores aparecem 2 vezes¹⁷ em cada universidade; 5 aparecem ao menos 3 vezes, sendo 19 vezes no total. Podemos dizer que 46% das instituições públicas de Minas Gerais estudam Caio Prado Jr, entendendo que 6 das 13 universidades públicas mineiras apresentam o autor em sua referência básica.

Os 5 autores mais lidos ocupam 14,7% dos autores trabalhados, sendo 34% das referências. Nesse total, os 5 autores, Carlos Guilherme Mota, Francisco Iglésias, Darcy Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, estão entre os mais utilizados são clássicos da historiografia contemporânea, não necessariamente, autores clássicos da formação social brasileira. Os contemporâneos se concentram mais no ensino superior das universidades estaduais. Na relação total de autores clássicos e contemporâneos estudados, em maior parte estudamos a formação social mediados pelos intérpretes dos clássicos. Nas particularidades, foi observado uma tendência maior na escolha de historiadores que interpretam o Brasil, variando entre sua maioria historiadores, e o restante é contemplado por filósofos, advogados e sociólogos.

Os projetos da UFV, UFOP, UFVJM, UFTM, UFU, UFJF, UNIMONTES, UEMG (Carangola, Cláudio, Divinópolis, Passos, Poços de Caldas) representam algum nível de compreensão crítica da formação histórica do Brasil, abordando aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que influenciaram a trajetória do país. No geral, as instituições exploram, minimamente, temas como herança colonial, constituição do Estado Nacional, processos de industrialização, urbanização, nacionalismo, desenvolvimentismo, modernização conservadora, transição democrática, neoliberalismo e “questão social”. Mas as diretrizes não citam que devem ser trabalhados de forma mínima possível, tratando-se do processo de

¹⁷ Os autores que aparecem 3 vezes, mas na mesma universidade não são considerados na análise, por isso a diferença ao somar as referências, tratando a análise na relação autor por unidade de ensino não pelo total de vezes que aparece ao todo no documento.

aprendizagem e apreensão da realidade exigido, o que vem sinalizando que os PPCs possuem muitas defasagens ao serem comparados com as questões centrais postas pelas diretrizes.

Parcialmente, podemos apreender que se tratando de autores, os currículos apresentam referências básicas para o aporte teórico básico, porém as referências devem ser bem trabalhadas e articuladas com elementos que adequam lacunas percebidas, ficando ao encargo do docente trazer a perspectiva crítica. Além disso, é nítido a ausência de outros clássicos do pensamento social brasileiro como Florestan Fernandes. Também, observamos que não são explorados os espaços para demarcar o que o núcleo proporciona conjuntamente com os outros núcleos no ensino de determinada instituição. Percebemos que, a tendência geral dos cursos nos documentos, é a escolha por se limitar pela vinculação de disciplinas isoladas aos núcleos de fundamentação das diretrizes, ao invés de conduzi-las de modo particular, nos seus interiores e ao longo de toda formação, conforme as possibilidades e necessidades que os as diretrizes apresentam.

Para além de tratar as questões étnico-raciais do Brasil como “heranças coloniais”, apenas 3 universidades demonstram diretamente na apresentação da ementa inaugural do eixo, a ênfase na questão étnico-racial, constituição das culturas indígenas e afro-brasileiras sendo elas UFVJM e UFMT, UNIMONTES. Isso nos retorna ao debate que fizemos acima, sobre a perspectiva de Brasil e de povo que será ofertada aos discentes, uma vez que a perspectiva crítica da realidade brasileira, muitas vezes, é somente conhecida a partir da inserção no ambiente da universidade. Novamente, apontamos como a questão se apresenta de maneira subalterna no Serviço Social, impactando como será articulado no cotidiano profissional.

As sínteses indicam que há uma relação curiosa e contraditória ao nos deparamos com os autores, conteúdos, referências das ementas, pois percebemos que teoricamente ocorre um diálogo com as diretrizes da ABEPSS de maneira geral. Porém, a contradição existe dada a mera reprodução de projetos de ensino entre algumas instituições e a reprodução das Diretrizes sem elaboração ou apropriação do conteúdo. Aqui, encontra-se uma contradição entre dado da realidade e o que está disposto nos documentos pedagógicos. A experiência discente, clama e expõe ausências, hiatos e lacunas durante o processo de graduação, quando nos referimos a nossa vivência pessoal e o balanço de pesquisas, conforme levantamos desde a iniciação científica.

Aliás, existe outra contradição que se apresenta, novamente, sobre a questão regional, exposta no quadro 3. Minas Gerais, possui uma área territorial de 586.521 km², sendo 6,89%

do território brasileiro (IBGE, 2019), isto é, mais de 60% do sudeste brasileiro, traduzidos em diferentes influências culturais, territoriais, econômicas e sociais. Foi observado nas apresentações das ementas dos planos de ensino, que os textos não se diferenciam nas UEMG, Poços de Caldas, Passos, como também, nas unidades das UEMG Cláudio, Divinópolis e Abaeté. Muitas vezes as unidades repetem entre si, dificultando a análise e a construção de dados concretos. As 5 unidades¹⁸ de ensino não sinalizam o estudo regional, dificultando a apreensão teórica sobre como a *questão regional* é trabalhada nas unidades estaduais.

Desse modo, sabendo da desigualdade e importância das características regionais, território e o papel na economia nacional, foram identificados nas ementas que apenas em 2 universidades federais destacam o estudo da formação sócio-histórica do lugar onde se realiza o curso, a particularidade regional, sendo a do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e a de Ouro Preto. Porém, as 2 federais do Triângulo Mineiro e Juiz de Fora, a estadual Unimontes, trazem nas disciplinas que compõe o núcleo, disciplinas voltadas diretamente ao estudo da formação histórica regional, como a “Formação Sócio Histórica de Montes Claros e do Norte de Minas” (UNIMONTES), “Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local” (UFTM) e Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais” (UFJF).

De modo geral, as ementas apresentam neste primeiro contato com o núcleo uma fundamentação teórica dos aspectos comuns de análise da formação histórica e a compreensão crítica da realidade brasileira, diferenças nas abordagens de análise. Todas as ementas apresentam o objetivo comum de proporcionar aos estudantes do curso de Serviço Social uma compreensão crítica da formação histórica do Brasil, permitindo-lhes contextualizar os processos sociais, econômicos e políticos que moldaram a sociedade brasileira.

Os referenciais teóricos mais aparentes diferenciam os enfoques para economia política, a construção de cidadania, Estado, variando as abordagens pedagógicas, enfoques de estudo e as áreas de interesse dos professores responsáveis pela disciplina. Mas são perceptíveis os hiatos entre a estruturação teórica documental e a compreensão do que são os núcleos de fundamentos, em vários momentos a indissociabilidade é esquecida, ao que tudo indica.

Faz-se de extrema necessidade a continuidade desta pesquisa, sem cair nos chavões acadêmicos, pois a partir da materialidade, oferecida por novas metodologias científicas de pesquisa sobre esse conteúdo, por exemplo, através da entrevista estruturada ou

¹⁸ Aqui não ignoramos a necessidade de compreender o nível de precarização dessas universidades, o vínculo precário e temporário dos docentes dessas instituições.

semi-estruturada, é possível investigar na raiz, e coletar informações e percepções dos discentes ao interagir com esse núcleo e a formação social brasileira durante a graduação. Bem como a análise dos planos de ensino possibilitaria romper a busca pela vinculação a uma disciplina em si, e analisarmos como os três núcleos comparecem no interior de cada disciplina. E assim, desnudar as lacunas expostas no projeto de formação, a fim de conhecer a percepção e apreensão dos alunos com o eixo. Ou seja, uma continuidade da pesquisa trazendo o cotidiano dos docentes e discentes das instituições.

São diversos esforços nas linhas de atuação profissional, seja enquanto assistente social inserido nas políticas sociais, seja como assistente social e professor de uma sala de aula. Trata-se de revisões curriculares, pesquisas, debates, fóruns e atualizações realizados por um comprometimento ético-político, em movimento. Por isso, a transversalidade torna-se uma qualidade fundamental no trato da formação, “consiste em contextualizar os conteúdos e resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e significações” (Teixeira, 2018, p. 192). É parte dos projetos que defendemos, lutamos e acreditamos no Serviço Social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TCC buscou apresentar uma aproximação inicial, pois não foi possível a análise dos conteúdos completos e na totalidade dos programas, das ementas, e até mesmo de outros componentes curriculares, como extensões, pesquisas, grupos de estudos. A indicação de entrevistas aos docentes e discentes das universidades para conhecer a execução real dos projetos pedagógicos é algo importante. Também se sinalizam os riscos de novos PPCs ainda em tramitação ou materialização, como no caso da UFOP.

A pesquisa demonstrou a centralidade dos fundamentos do serviço social e seus núcleos, como também a importância de revisitar os projetos pedagógicos do curso e atualizá-los conforme as contribuições realizadas pelo arcabouço teórico acerca do estudo dos Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Alguns elementos destacaram-se, quanto às tendências que recaem sobre o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Percebemos nos currículos de Minas, componentes curriculares que corroboram com as Diretrizes, porém são tratados de forma isolada. Satisfazendo o eixo parcialmente, logo desassociando os núcleos e se distanciando da compreensão dos fundamentos do serviço social.

A mera reprodução e repetição das diretrizes quando tratamos de como a universidade representa os núcleos, dificultou as percepções reais da base teórico metodológico por não acrescentarem propriedade e particularidades dos cursos. Nos levando a questão mais evidente expressa pela diversidade regional que é completamente defasada nos currículos, enfraquecendo ainda mais um debate que se apresenta subalternizado.

Um desses eixos expostos está na importância do núcleo para a compreensão da realidade social, histórica, profissional e teórico-metodológica, mas não, enquanto elemento central, detentor de uma hierarquia ou prestígio teórico. Com efeito, ficou perceptível a fragilidade na compreensão do significado da indissociabilidade dos núcleos, onde em vários momentos a formação social brasileira é aplicada enquanto disciplina, um momento inicial do curso, e não como uma das dimensões fundamentais profissionais. Diante disso, são notórios os impactos diretos postos pela fragilidade na abordagem do núcleo II, na construção do perfil de assistentes sociais que o serviço social na contemporaneidade requer: ancorado nos fundamentos da profissão — ou seja, alicerçado pelos três núcleos.

Nos primeiros períodos, a relação ensino-aprendizagem é mediada por diversos departamentos, aparentando aproximações sucessivas e fragmentadas com a realidade e com a

profissão. Em muitos momentos, é possível observar a discordância entre o que está previsto no projeto pedagógico do curso, o plano de ensino, e possivelmente, a execução nos cursos. Reforçamos aqui, o direcionamento da crítica aos desafios frente à constituição dos princípios e a realização dos fundamentos do serviço social nessas condições, e não uma crítica rasa à multidisciplinaridade.

A título de exemplo, foram evidenciadas nas universidades certa tendência a perspectiva historicista do núcleo de formação social brasileira, como visto no projeto pedagógico da Universidade Federal de Ouro Preto. A disciplina cujo nome é “Introdução a História do Brasil” é ministrada pelo Departamento de História, trazendo em sua ementa destaques clássicos históricos, mas sem articular produções que dialogam com os outros dois núcleos. Como também, desconhecem “a cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos” umbilicais ao serviço social. (Mota ; Amaral, 2014, p. 24). É certo que,

[...] especialmente diante das contradições que adentram o Estado brasileiro, a política educacional e a expansão de cursos em Serviço Social no período mais recente, a discussão sobre a formação social do Brasil, de fato, pode tendencialmente restringir-se e ficar a cargo apenas de um ou outro componente curricular (ou nem isso) (Mota ; Amaral, 2014, p.24).

Além disso, mesmo a existência de disciplinas específicas não garante que este assunto não seja tratado em uma perspectiva historicista, compartimentada e fragmentada da realidade, reforçando a ausência de diálogo com os demais componentes da formação profissional. Muito embora haja esforços empreendidos por parte das entidades representativas da profissão e dos diferentes sujeitos que estão à frente da formação profissional, empenhando-se nas revisões (Teixeira, 2019, p.194)

Os levantamentos das referências bibliográficas contribuíram para analisarmos quanti-qualitativamente e ponderarmos princípios estratégicos a serem inseridos na dimensão pedagógica-interventiva do serviço social, no trato da defesa da formação social do Brasil nos currículos, com a transversalidade. Essa perspectiva constrói a comunicação necessária na organização dos currículos e trabalho profissional, da presença desses componentes em todas as disciplinas, *transversalizando* no ensino.

Tais destaques são frutos dos diversos desafios impostos ao projeto de formação que desarticulam os núcleos de fundamentação e desassocia os três núcleos, assim “compromete a concepção acerca dos Fundamentos do Serviço Social” como também “comprometem o significado social da profissão e do trabalho profissional” (Teixeira, 2018, p. 42). O que foi reconhecido são os limites da compreensão dos fundamentos da profissão, no movimento de

precarização da política de educação, da formação profissional, do trabalho que impactam diretamente na compreensão dos fundamentos. Os limites podem representar desconhecimento, divergências e/ou negação da compreensão dos fundamentos tratada e indicadas pelas diretrizes.

Outra chave disposta pela pesquisa, foi a necessidade de análises empíricas completas, pois apesar de não ter sido proposto, os resultados expressos demonstram algumas tendências e desafios, mas não respondem inteiramente como está o debate da formação social no serviço social de Minas Gerais, por necessidades de reconhecer como esses dados e informações se materializam na realidade dos que participam do processo de aprendizagem.

Os elementos parciais, em consonâncias com as diretrizes propostas pela ABEPSS (1996), como observamos no conjunto de dados dispostos pelos quadros produzidos, reproduz diversas informações sem elaborá-las para a questão ou atravessamentos que recaem sobre a instituição, nas universidades públicas de Minas Gerais. O que é nítido é uma dificuldade geral na compreensão dos fundamentos acarretando problemas interpretativos aos núcleos, aqui percebido no trato da formação social brasileira e nas particularidades das regiões de Minas.

Sendo assim, o estudo da relação entre os debates da formação social brasileira e a formação profissional em Serviço Social, considerando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) possibilita contribuir com o enfrentamento dessa lacuna tão cara à profissão em tela. A pesquisa ao ser executada com o engajamento de estudantes de graduação também cumpre uma função pedagógica na relação de ensino aprendizagem ao possibilitar aos sujeitos envolvidos na investigação qualificarem o debate profissional sobre a realidade brasileira

4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

BEZERRA, L.; MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L. **A realidade brasileira na formação de assistentes sociais**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 130-146, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n38p98-114>.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social : a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Capítulo 2: A constituição da Moral Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DE SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil**. Capítulo 4: O processo de transição: Da independência política à conformação do capitalismo dependente/das lutas pela liberdade do trabalhador à conformação do trabalho livre superexplorado. Cristiane Luíza Sabino de Souza; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. Santa Catarina, 2018.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. _____. **Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottter Editorial/Contracorrente, 2010.

GOMEZ-MINAYO, Carlos; COSTA-THEDIM, S. M da Fonseca. Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 8, n. 1, p. 125-136, 2003.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2014. _____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2019. Disponibilidade e acesso: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-area-s-dos-municipios>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Temas Especiais. IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD Lançam Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponibilidade e acesso: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007, p. 37-45.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: 1998. 5ª Edição.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. Capítulo 2: Modo de produção, formação social e alguns marcos históricos sobre o Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. G. da . NOTAS SOBRE A SAÚDE MENTAL NO CAPITALISMO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 44–52, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7582423. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/800>. Acesso em: 24 jul. 2023.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 2018. 325 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.